

fevereiro

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

1

2 **ATA Nº 01/2020: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE**
3 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA – (CMDR) -----**

4 No sexto dia do mês de fevereiro de 2020, nas dependências do IAPAR - Centro de
5 Treinamento, Londrina, Paraná, às 14h00min, reuniram-se os membros do CMDR para
6 realização de sua reunião ordinária. Constatado o quórum regimental, o Sr. Alfeu Vander de
7 Bessa, Presidente do Conselho, deu início à reunião agradecendo a presença dos
8 conselheiros e demais presentes, e realizou a leitura da convocação e pauta da presente
9 reunião (Ofício Circular nº 01/2020), a saber: **1. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária**
10 **de 05/12/2019; 2. Representantes do CMDR para o Grupo de Acompanhamento -**
11 **Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (Ofício Circular 011/2020 – IPPUL); 3.**
12 **Políticas das Secretarias Municipais de Londrina; 4. Alteração da Lei Municipal nº**
13 **12.340/2015; 5. Palavra aberta.** Antes de proceder à aprovação da pauta, a secretária geral
14 Cristina Célia Krawulski informou que enviou a ata por e-mail, e que os conselheiros José
15 Carlos Vitorino, José Candido Rosa e José Aparecido da Silva relataram não ter recebido a
16 mesma, que foi então encaminhada no Grupo de WhatsApp do CMDR; os conselheiros José
17 Carlos Vitorino e José Candido Rosa já informaram seus e-mails, e o José Aparecido da
18 Silva tem dois e-mails da Secretaria da Educação cadastrados. Dando sequência,
19 inscreveram-se para fazer uso da palavra no item 5 da pauta, "Palavra aberta", os
20 conselheiros Alfeu Bessa e Moacir Sgarioni. Em discussão da pauta, foi anotada uma
21 incorreção no sobrenome do conselheiro Guilherme Casanova Junior – Casagrande na ata.
22 Feito esse registro a ser alterado, a ata da reunião ordinária de 05/12/2019 foi aprovada por
23 unanimidade. Continuando, os conselheiros Elton Longo e Guilherme Casanova justificaram
24 a ausência do conselheiro Paulo Cezar Dolibaina, representante da Secretaria do Ambiente,
25 por motivos de saúde. Considerando essa justificativa, a secretária geral Cristina Célia
26 Krawulski fez algumas considerações, lembrando que imprevistos acontecem, mas é
27 interessante e esperado que os conselheiros se programem para participar das reuniões,
28 dando prioridade à participação nas reuniões mensais, visto existir o calendário anual já
29 definido, evitando-se marcar compromissos que coincidam com a data da reunião ordinária;
30 lembrou, também, que a responsabilidade de avisar o seu suplente é do conselheiro, e não
31 da Diretoria Executiva (DE) do Conselho. Dando continuidade, a Sra. Cristina passou ao
32 item 2 da pauta, falando sobre a revisão do conjunto de leis específicas do Plano Diretor do
33 município, realizada a cada 10 anos, destacando a importância de contemplar aspectos do
34 ambiente rural nessas leis; lembrou que já foram realizadas audiências públicas e
35 reuniões, inclusive uma reunião convocada pelo Secretário de Agricultura, Ronaldo Siena,
36 com a presença de representantes do Ippul, Crea, Adapar, Emater e Secretarias Municipais
37 da Agricultura, da Educação, do Ambiente e Obras e Pavimentação, realizada no dia 13 de
38 setembro de 2019, no Centro de Educação Ambiental do Parque Arthur Thomas; lembrou
39 que a Lei do Sistema Viário, por exemplo, é a lei que define as faixas de domínio das
40 estradas do município, então a importância de participação do CMDR nessa discussão é

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

41 muito grande. O Sr. Moacir Sgarioni informou que a Sociedade Rural (SR) elaborou um
42 documento com contribuições ao Plano Diretor, inclusive considerando a interferência do
43 Plano Diretor em assuntos de competência estadual e até federal, no entendimento da
44 assessoria jurídica da SR, criando um emaranhado de difícil entendimento; destacou que vai
45 compartilhar com o CMDR este documento, que deve ser estudado, junto com as demais
46 contribuições, e prevalecer as melhores ideias para o bem do município de Londrina, e que
47 todas as organizações devem contribuir com o Ippul, para que as leis municipais não
48 conflitem com as leis estaduais e federais. O presidente Alfeu Bessa informou que já
49 recebeu este documento das mãos do Sr. Moacir Sgarioni, mas este informa que tem uma
50 segunda versão, elaborada pela assessoria jurídica da SR, a qual vai encaminhar ao CMDR.
51 A Sra. Cristina reforçou que, segundo o Ippul, a versão anterior do Plano Diretor tinha um
52 olhar mais urbano, mas nessa revisão existe a obrigatoriedade de contemplar o município
53 como um todo, incluindo o ambiente rural. Lembrou que, conforme o Ofício Circular
54 011/2020 – Ippul, no dia 7 de fevereiro, às 19h00min, nas dependências da Unicesumar. O
55 Sr. Moacir Sgarioni informou que estará presente nessa audiência pública, mas
56 representando a SR, junto com o Sr. Felipe Prochet. O conselheiro Leonardo Sturion
57 comentou que é necessário conhecer os horários para avaliar se pode participar das
58 reuniões, pois gostaria de participar, considerando que tem experiência na elaboração de
59 Plano Diretor em outros municípios, mas a DE não tem essas informações. A Sra. Lorian
60 Voigt Gair destacou que é um trabalho cansativo, que precisa de dedicação, então a
61 pessoa/conselheiro precisa querer participar, sendo complementada pelo Sr. Moacir
62 Norberto Sgarioni de que é um trabalho árduo, dando alguns exemplos: um restaurante rural
63 que vai gerar resíduos – a quem compete a responsabilidade de recolher e destinar
64 corretamente esses resíduos, ao município ou ao empreendedor, de quem será este custo,
65 considerando que a sociedade não pode arcar com essas despesas?; os cultivos de soja
66 dentro da cidade, que gera erosão. Finalizando este assunto, os conselheiros Leonardo
67 Sturion, Moacir Sgarioni, Cristina Krawulski e José Candido Rosa manifestaram-se dispostos
68 a participar da audiência pública no dia 7 de fevereiro, sendo orientados pela DE a
69 inscreverem-se como representantes do CMDR. Os conselheiros representantes da
70 Secretaria de Agricultura devem participar como servidores municipais, não como
71 conselheiros, de acordo com o Secretário e conselheiro Ronaldo Siena. Os presentes foram
72 lembrados que o Ofício Circular 011/2020 – Ippul foi postado pelo Guilherme Casanova no
73 Grupo de WhatsApp do CMDR, o qual será enviado novamente pela Secretaria Geral. Ficou
74 definido que os conselheiros interessados têm até o dia 20 de fevereiro para se manifestar
75 para compor o Grupo de Acompanhamento/Revisão do Plano Diretor Municipal como
76 representantes do CMDR, que vai indicar um titular e um suplente. Os encaminhamentos
77 sobre este assunto foram aprovados pela maioria dois presentes. Imediatamente passou-se
78 ao item 3 da pauta, Políticas das Secretarias Municipais de Londrina, apresentado pela
79 Secretária Cristina Krawulski, conforme ata da reunião de dezembro, para esclarecer quais
80 são as atribuições de cada secretaria municipal, para dar agilidade aos encaminhamentos e
81 demandas do ambiente rural, pois nem todos precisam ser trazidos ao CMDR; o site da
82 Prefeitura Municipapl foi acessado para mostrar aos presentes o caminho para chegar a cada

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

83 secretaria, onde consta o endereço e contato do secretário, e suas atribuições. No caso da
84 Secretaria do Ambiente, o site contém muitas informações, até difícil de serem resumidas,
85 pois trata do licenciamento ambiental, as normas para cada caso específico. Após a
86 apresentação e debate entre os presentes, ficou esclarecido que nem todas as demandas
87 do ambiente rural são de responsabilidade da Secretaria da Agricultura, tem questões que
88 competem a outras secretarias. Cada conselheiro, assim, tem o dever de informar sua
89 vizinhança, promover a troca de informações entre sua base e o CMDR, e orientar as
90 pessoas com quem se relaciona a consultar as atribuições das secretarias e demais órgãos
91 da administração municipal, e cobrar o cumprimento das mesmas, no sentido de promover
92 uma cidade melhor para todos os seus habitantes, tanto no meio urbano como no rural. A
93 conselheira Andreza Gonçalves deu o exemplo da rodovia que liga Paiquerê a Guairacá,
94 que mesmo estando no meio rural, a construção e/ou reforma da ponte/bueiro da Santa
95 Maria compete à Secretaria de Obras, por estar localizada em uma estrada pavimentada, e
96 não à Secretaria de Agricultura. O secretário Ronaldo Siena reforçou que tudo que envolve
97 obras e pavimentação cabe à Secretaria de Obras, exceto alguns projetos específicos que a
98 SMAA está realizando, com a presença de um engenheiro civil que agora está lotado na
99 SMAA, numa parceria entre as secretarias e órgãos municipais, reforçado pela Sra. Andreza
100 Gonçalves, que lembrou da revitalização dos distritos e patrimônios rurais de Londrina, em
101 parceria entre as secretarias e órgãos como a CMTU. Encerrando este assunto, o secretário
102 Ronaldo Siena cumprimentou a nova DE do CMDR, que foi constituída em dezembro de
103 2019 e esta é a primeira reunião de 2020, e pediu licença para se retirar da reunião, pois é
104 suplente e seu titular – Guilherme Casanova - está presente; reforçou a necessária parceria
105 entre a SMAA e o CMDR; lembrou que quando assumiu a SMAA foi devolvendo para as
106 outras secretarias o que não era de responsabilidade da SMAA, para poder ter tempo e
107 recursos (humanos e financeiros) para dedicar ao cumprimento das atribuições da SMAA.
108 Informou aos presentes, ainda, que Londrina foi contemplada com duas emendas de
109 bancada do ex-deputado federal Luiz Carlos Hauy, no valor total de R\$ 500.000,00, sendo
110 decidido que serão adquiridos dois caminhões, com contrapartida de R\$ 145.000,00 do
111 município, convênio já assinado; foi aplaudido quando informou que, com essa compra, a
112 frota da SMAA será composta, em breve, por nove caminhões. O Sr. Ronaldo Siena ainda
113 citou o exemplo de Lerroville, que verificou os votos obtidos pelos deputados estaduais e
114 federais naquela zona eleitora, e está contatando todos eles para solicitar a destinação de
115 recursos. A Sra. Cristina lembrou que esta é uma ação que já foi discutida pelo CMDR, de
116 apresentar as demandas da área rural para todos os deputados e senadores que obtiveram
117 votos no município de Londrina, visando transformar essas demandas em emendas
118 parlamentares e, conseqüentemente, em recursos financeiros; mas que o CMDR ainda não
119 conseguiu colocar em prática esta ação. Vários conselheiros se manifestaram sobre as
120 dificuldades do meio rural, como distância, baixo número de habitantes em comparação com
121 o meio urbano, entre outras. A Sra. Lorian Voigt Gair afirmou que trabalha em um lugar onde
122 dinheiro não falta, projetos são feitos até dia 24-25 de dezembro, conforme relatou o
123 secretário Ronaldo Siena; ela tem uma preocupação com a aplicação e execução desses
124 projetos, pois pode ocorrer que o dinheiro está depositado na conta do município e o projeto

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

125 não é executado, ou executado com má qualidade ou com atraso, correndo o risco de perder
126 os recursos. Finalizado este assunto, passou-se ao item 4 da pauta - Alteração da Lei
127 Municipal nº 12.340/2015, que foi conduzido pela Sra. Lorian Voigt Gair, lembrando que é
128 uma missão desta gestão do CMDR propor alterações na legislação que criou e normatiza o
129 CMDR, de modo a absorver o Conselho de Sanidade Agropecuária e dar uma cadeira para
130 a Adapar, conforme propostas aprovadas na 9ª Conferência Municipal de Desenvolvimento
131 Rural de Londrina, realizada em outubro de 2019; a lei também precisa contemplar a fusão
132 entre Iapar e Emater, pois atualmente ambos tem uma cadeira no CMDR, e a partir de agora
133 são uma única instituição. Destacou que a participação no CMDR deve ser buscada e
134 incentivada inclusive pela legislação, daí a importância da sua revisão e atualização. A Sra.
135 Ana Beatriz, representante do CRMV, relatou sua experiência acompanhando diversos
136 Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSA) no Paraná como assessora da FAEP, e que
137 normalmente os CSAs trabalham em conjunto com o CMDR, pois algumas atribuições são
138 semelhantes ou complementares; colocou o CSA de Astorga como um exemplo a ser
139 conhecido. A Sra. Andreza Gonçalves apresentou seu entendimento sobre a recondução de
140 membros do CMDR, assim como as Sras. Ana Beatriz, de que o suplente assume a vaga do
141 titular na próxima gestão, Launa Bolzani e Maria Lucimar Pereira. Após ampla discussão
142 sobre o assunto, foi aprovado que a DE do CMDR vai revisar a Lei nº 12.340/2015,
143 convidando a assessoria necessária para realizar esta tarefa, sendo lembrada pelo Sr. Elton
144 Longo de que a lei a ser revisada e alterada seria a Lei nº 11.860/2013, a ser verificado pela
145 DE, o que confirma a necessidade de assessoria jurídica para realizar essa tarefa. Passou-
146 se imediatamente ao último item da pauta, Palavra aberta, com o Sr. Alfeu Bessa
147 informando sobre as árvores da Estrada do Bulle, assunto da reunião de dezembro de 2019.
148 Há controvérsias sobre a quem compete a responsabilidade de retirar árvores às margens
149 da estrada que estejam oferecendo riscos ao tráfego de pessoas e veículos. O Sr. Paulo
150 Acquarolle informou que existe uma legislação que trata da área de domínio público, mas
151 ainda não tem uma resposta, pois uma lei diz que o proprietário pode cortar árvores nativas,
152 mas outra diz que não; o Sr. Alfeu Bessa relatou que o IAP informou que, se a SMAA
153 solicitar o corte dessas árvores, autoriza o corte. A conselheira Ricielli Vicentim informou que
154 tem um caso semelhante na estrada da Cachoeirinha, onde um capão de mata está
155 fechando a estrada e os caminhões que transportam os frangos para o abate reclamam,
156 essas árvores machucam os frangos. O assunto é confuso e controverso, ainda precisa de
157 uma definição, para que os agricultores saibam como proceder e não incorrer em infração
158 ambiental. Porém, para a Sra. Cristina Krawulski, a responsabilidade é do proprietário da
159 mata, embora o procedimento não esteja claro, sendo decidido que o CMDR vai oficializar o
160 pedido de informações, tanto para a Sema como para o IAP. Para ilustrar essa dificuldade, o
161 Sr. Edson Dornellas convidou os presentes para um evento que vai ocorrer no Sindicato
162 Rural no início de março, dia 4, justamente para debater e buscar formas de simplificar o
163 cumprimento das normas ambientais pelos agricultores. Também fazendo uso da palavra, o
164 Sr. Moacir Sgarioni apresentou o Ofício DIR/P 068/2019, indicando o Sr. Edson Dornellas,
165 presidente do Sindicato Rural Patronal, como seu suplente, o qual passa a ser membro do
166 CMDR. Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Alfeu Bessa agradeceu mais uma vez a

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

167 presença de todos, conselheiros e convidados participantes e declarou encerrada a reunião,
168 para a qual justificaram sua ausência os conselheiros Luís Artur Bernardes da Rosa
169 (suplente compareceu); Paulo Vicente Contador Zaccheo e seu suplente Arnold Barbosa de
170 Oliveira (em atividades no Show Rural – Cascavel); Marcelo Volpe Peluso (suplente
171 compareceu); José Aparecido da Silva (suplente não compareceu) e eu, Cristina Célia
172 Krawulski, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes à parte,
173 em lista de presença.

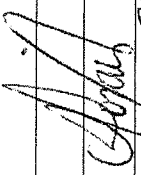


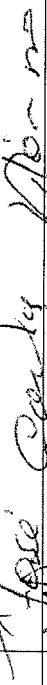
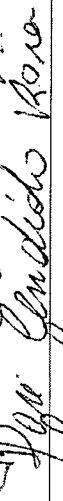



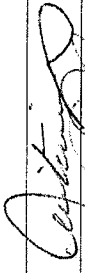

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina - Paraná

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA
LISTA DE PRESENÇA**

- Local: Centro de Treinamento – CDT/IAPAR
- Horário: 14h00min.

Dia: 06/02/2020

	NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
1.	Andreza Aparecida Moraes Gonçalves	Rep. Comunidade Rural	
2.	Carla Liegi Lonardoni Oliveira Pietl	Rep. Comunidade Rural	
3.	Alfeu Vander de Bessa	Rep. Comunidade Rural	
4.	José Carlos Vitorino	Rep. Comunidade Rural	
5.	José Cantido Rosa	Rep. Comunidade Rural	
6.	Lorian Voigt Gair	Ent. Classe Ligadas ao Des. Rural	
7.	Karen Cristina dos Santos Reis	Trabalhadores Rurais	
8.	Moacir Norberto Sgarioni	Empregadores Rurais	
9.	Marcelo Volpe Peluso	Setor Cooperativista Rural	
10.	Ailton Martins da Costa	Ent. e/ou Associações de Produtores	
11.	Sandra Aparecida Costa Ferrer	Ent. e/ou Associações de Produtores	
12.	Luís Artur Bernardes da Rosa	Representante do Ensino Superior	
13.	Arnold Barbosa de Oliveira	Representante da Pesquisa Oficial	
14.	Cristina Célia Krawulski	Ass. Téc. e Extensão Rural	
15.	Guilherme Casanova Junior	Sec. Agricultura e Abastecimento	
16.	Elton Manoel Sacoman Longo	Sec. Agricultura e Abastecimento	
17.	José Apatecido da Silva	Sec. Mun. Educação	

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina - Paraná

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA
LISTA DE PRESENÇA**

Dia: 06/02/2020

- Local: Centro de Treinamento - CDT/IAPAR
- Horário: 14h00min.

	Sec. Mun. Saúde		
18.	Vanete Moreno		
19.	Maria Lucimar Pereira	Sec. Mun. Assistência Social	<i>Luiz B. B. B.</i>
20.	Luís Gustavo Galhardo de Oliveira	Sec. Mun. Obras e Pavimentação	
21.	Paulo Cezar Dolibaina	Sec. Mun. Ambiente	
22.	ANABEATRIZ DA C. RIBEIRO	CRMV	<i>Ang. Beatriz da Costa Ribeiro</i>
23.	Leonardo Stinson	UTFPR	<i>Leonardo Stinson</i>
24.	Elain Ferrari		<i>Elain Ferrari</i>
25.	Laranna Bologna Vianna Rosa	Sec. Saúde	<i>Luiz Juliano</i>
26.	Liliza Aparecida Miranda	Usim 3 Bocas / Sind. Rural	<i>Luiz Carlos Miranda</i>
27.	Edson Dorval dos	Sindicato Rural (S. de Lond.)	<i>Edson Dorval dos</i>
28.	Rosaleide D'Almeida Siqueira	SGAB	<i>Rosaleide D'Almeida Siqueira</i>
29.	MARLENE P. Riboni	SMAA	<i>Maria P. Riboni</i>
30.	RICIELLI VICENTIN		<i>Ricelli Vicentin</i>
31.	J. FARIAS M. Azevedo	VISITANTE PROD. RURAL	<i>J. Farias M. Azevedo</i>
32.	MINGAN KYUNG RU SONG.	PRODUTORAS RURAIS.	<i>Mingan Kyung Ru Song</i>

33. *Carla Francisca Bandeira ACPAR*

maio

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

1 **ATA Nº 02/2020: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE**
2 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA – (CMDR) -----**

3 No quinto dia do mês de março de 2020, nas dependências do Auditório da Prefeitura
4 Municipal de, Londrina, Paraná, às 14h00min, reuniram-se os membros do CMDR para
5 realização de sua reunião ordinária. Constatado o quórum regimental, a Sra. Cristina Célia
6 Krawulski, Secretária Geral do Conselho, deu início à reunião agradecendo a presença dos
7 conselheiros e demais presentes, e informou que nesta reunião estão ausentes o
8 Presidente, Sr. Alfeu Bessa, e a Vice-Presidente, Sra. Andreza Gonçalves, ambos doentes
9 (com pneumonia e dengue, respectivamente), e por essa razão a reunião será conduzida
10 por ela, na condição de Secretária Geral. Feito este esclarecimento, procedeu a leitura da
11 convocação e pauta da presente reunião (Ofício Circular nº 02/2020), a saber: **1. Aprovação**
12 **da Ata da Reunião Ordinária de 06/02/2020; 2. Projetos de estradas rurais em**
13 **andamento; 3. Alteração das Leis Municipais nºs 11.860/2013 e 12.340/2015; 4. Palavra**
14 **aberta**, sendo a pauta da presente reunião aprovada por unanimidade. Na sequência,
15 inscreveram-se para fazer uso da palavra no item 4 da pauta, "Palavra aberta", os
16 conselheiros Guilherme Casanova Junior, Eloi Ferri e Paulo Cezar Dolibaina, e os
17 convidados/participantes Mauricio Franco Ferreira e Mirian Song. Em discussão da ata da
18 Reunião Ordinária de 06/02/2020, a Sra. Cristina Krawulski comentou dois pontos da
19 mesma: indicação de representantes do CMDR para compor o Grupo de Acompanhamento
20 do processo de revisão do Plano Diretor, realizada através de ofício ao Ippul - Leonardo
21 Sturion (titular) e Cristina Célia Krawulski (suplente); a segunda questão, ainda não realizada
22 pela Diretoria Executiva (DE), é a consulta oficial ao IAP e à Secretaria Municipal do
23 Ambiente sobre o procedimento a ser adotado para o corte de árvores às margens das
24 estradas municipais, visto que existem informações divergentes. Feitas essas
25 considerações, a ata da reunião de fevereiro foi aprovada por unanimidade. Passou-se ao
26 item 2 da pauta, sobre os "projetos de estradas rurais em andamento" com manifestação do
27 conselheiro Guilherme Casanova Junior justificando a ausência dos conselheiros suplentes
28 Maick Fabian e do Secretário de Agricultura, Ronaldo Siena, que precisaram resolver uma
29 questão urgente relacionada à uma ponte em alguma estrada rural, e que o Secretário pode
30 responder ao CMDR por escrito sobre as questões das estradas rurais; o conselheiro Elton
31 Longo informou que, mesmo trabalhando na Secretaria de Agricultura (SMAA), não conhece
32 todas as ações que estão sendo realizadas pela mesma, mas supõe que quem solicitou o
33 ponto de pauta deve ter informações para apresentar. A conselheira Lorian Voigt Gair
34 informou que ela solicitou este ponto de pauta, para dividir com o Conselho que foi
35 demandado junto à Secretaria de Estado da Agricultura (SEAB) a liberação de recursos para
36 projetos de pedras irregulares em três trechos de estradas do município, a saber: 1) Estrada
37 do Paiquerê/Vila Rural – 2,48 Km; 2) Estrada da Maravilha – 3,5 Km; 3) Estrada Ponto
38 Mineiro, a partir da divisa com Arapongas até a rodovia/asfalto Londrina-São Luiz. A Sra.
39 Lorian destacou que existem, também, trechos em outras cidades (Rolândia e Pitangueiras)
40 cuja gestão está sendo feita pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
41 (SEAB), e está sendo dado o primeiro passo, com o levantamento inicial dos trechos; ainda

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

42 não existe projeto, convênio ou calendário, ou seja, está sendo feito o planejamento; e que
43 essa demanda ocorre à revelia até da Prefeitura, via vereadores e deputados, lembrando
44 que os vereadores são representantes dos cidadãos, portanto a base desses vereadores, os
45 agricultores e suas comunidades, podem ter feito a solicitação a algum vereador e estes
46 apresentado aos deputados estaduais, e estes apresentaram a demanda à SEAB, que está
47 providenciando os levantamentos iniciais dos trechos, o que pode resultar, num futuro
48 próximo, em cerca de 16 Km de estradas pavimentadas com pedras irregulares no município
49 de Londrina, e era isso que a conselheira Lorian queria dividir com os demais conselheiros.
50 Aproveitando o assunto, o Sr. Agnaldo de Freitas, coordenador distrital de Irerê, comentou
51 que já fez dois requerimentos na SMAA sobre às estradas Azebuti e Do Cemitério-
52 Taquaruna, e perguntou se é possível conseguir projetos para colocação de pedras
53 irregulares nesses trechos. A Sra. Lorian respondeu que não necessariamente por ter o
54 Conselho, ter o projeto ou ter o requerimento significa que serão atendidos quando tem
55 recursos disponíveis; então o Conselho precisa entender e definir qual o seu movimento
56 para acessar esses recursos, qual o caminho a ser percorrido – buscar os recursos ou
57 simplesmente fiscalizar a aplicação dos mesmos, fazer o controle social, independente da
58 origem dos recursos. O Sr. Vilson Bittencourt perguntou se é possível direcionar, para o
59 meio rural, os recursos de emendas solicitadas pelos vereadores, como ocorre no meio
60 urbano, e citou exemplo de recape de asfalto em algumas ruas da Zona Leste, feito com
61 recursos de emendas conseguidas por ele, como vereador. O conselheiro Leonardo Sturion
62 destacou que o correto seria definir tecnicamente os trechos, e não seguir apenas o jogo
63 político, com definição de estradas e trechos prioritários. O Sr. Edson Dornellas relatou que
64 andou as estradas rurais do município, em todas as regiões do município, em todos os
65 distritos, constatando que existem trechos urgentes para retirar a safra que está em curso,
66 pois os agricultores estão pagando para arrumar as estradas, tamanha a urgência, e que
67 essa reivindicação já foi levada ao Secretário de Agricultura, Ronaldo Siena. A Sra. Cristina
68 informou que o Plano Municipal de Adequação e Manutenção de Estradas Rurais, elaborado
69 pelo Conselho, não contém nenhuma linha dizendo que só devem ser arrumadas estradas
70 rurais definidas pelo CMDR; e que as sugestões e reivindicações deste Conselho, no próprio
71 Plano e também para a Comissão de Agricultura da Câmara de Vereadores, através da
72 destinação de recursos, sempre foram no sentido de trabalhar em duas frentes, com
73 patrulhas mecanizadas diferentes e/ou terceirização, uma para readequar trechos, num
74 trabalho mais lento e com custo mais elevado, e outra para manutenção emergencial das
75 estradas, pois a emergência existe todos os anos nos períodos de safra, menos durante a
76 safra de inverno, porque chove menos, mas que as coisas não mudam, de onde vem a
77 necessidade de se fazer um trabalho de maior durabilidade com uma das frentes de trabalho
78 defendidas por este Conselho. A outra frente de trabalho, para consertar os trechos
79 emergenciais, não deve ser abandonada nunca, e não é o CMDR que vai relacionar quais
80 são os trechos emergenciais, eles devem estar em um plano da SMAA para tratar dessas
81 emergências. A Sra. Lorian encerrou o assunto, lembrando que nos últimos 30 anos
82 estradas rurais sempre são lembradas como problema no meio rural, e que a decisão de por
83 onde começar e quais estradas arrumar deve ser baseada em critérios técnicos, número de

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

84 pessoas que usam a estrada, produção agropecuária, entre outros. O Sr. Luís Artur
85 perguntou o que foi encaminhado em relação às duas frentes que constam no Plano
86 Municipal. A Sra. Cristina respondeu que as sugestões colocadas no Plano dependem de
87 quem vai executar o mesmo, se vai acatar ou não, mas que este Conselho tem feito esforço
88 e ações visando aumentar os recursos no Orçamento Municipal para aquisição de máquinas
89 e/ou terceirização para arrumar os trechos emergenciais, mas que desconhece se existe um
90 planejamento do município para tratar essas questões. O Sr. Luís Artur reforçou que as
91 secretarias municipais têm como principal atividade as estradas rurais, e defendeu a gestão
92 compartilhada do assunto – agricultores, cooperativas e Secretaria de Agricultura. O assunto
93 estradas rurais ainda foi debatido durante mais um tempo, com várias manifestações dos
94 presentes, sendo informado pelo Sr. Edson Dornellas que do valor total arrecadado com o
95 ITR apenas 10% vai para a agricultura, destinado para a manutenção de estradas rurais,
96 cerca de R\$ 260.000,00 por ano. O vereador Vilson Bittencourt informou que a lei não
97 permite atrelar recursos para uso específico, como por exemplo destinar o ITR para a
98 manutenção das estradas. A Sra. Ricielli Vicentin destacou que, como produtora de frangos,
99 precisa da estrada a cada 45 dias, e não apenas de seis em seis meses, e que também em
100 sua comunidade (Cachoeirinha) os agricultores tem se organizado para arrumar a estrada,
101 mas que precisa ser considerado o valor de recursos/impostos que a agricultura gera para o
102 município. O Sr. Maurício Franco Ferreira, representante do distrito Guaravera, perguntou
103 sobre o acompanhamento da Emater nas obras das estradas, especificamente na Estrada
104 do Castelo Eldorado, que é uma das prioridades, conforme reunião da Secretaria da
105 Agricultura com a comunidade, realizada dias atrás; e perguntando sobre a lei que obriga os
106 agricultores a conservar a estrada e preservar o meio ambiente. A Sra. Cristina tentou
107 responder, resgatando a Constituição Federal, Artigo 225; a Lei Estadual 8.014/1984; a
108 retirada dos terraços pelos agricultores (que alegam que em sistema de plantio direto não
109 corre água); e que sobra legislação a respeito, o que não garante que os problemas sejam
110 evitados. Lembrou que o Plano Municipal de Adequação e Manutenção de Estradas Rurais,
111 elaborado pelo CMDR, apresenta 11 passos para buscar a conservação do solo e água,
112 harmonizando as propriedades com as estradas rurais, contribuindo ao que foi apresentado
113 pelo Sr. Luís Artur, de gestão compartilhada e, inclusive, vai enviar esses 11 pontos para os
114 conselheiros, lembrando que as cooperativas também têm sua responsabilidade. O Sr.
115 Marcelo Volpe Peluso usou a palavra para dizer que a orientação técnica da Cooperativa
116 Integrada a todos os seus agrônomos é que instruem os agricultores para construir terraços,
117 mas que a cooperativa não tem como obrigá-los a construir, isso fica na consciência dos
118 mesmos, assim como a carga dos caminhões, que transitam com peso superior ao
119 permitido, que contribui para danificar as estradas. Continuando a responder ao Sr. Maurício
120 Franco, a Sra. Cristina informou que não acredita que nenhuma empresa oriente os
121 agricultores a eliminar os terraços, e que eles são fundamentais para conter o escoamento
122 superficial da água sobre o solo; mas que também nenhum técnico ou instituição pode
123 obrigar um agricultor a construir os terraços, nem mesmo aplicar alguma penalidade, tipo
124 multa; que a tabela de espaçamento entre terraços, do lapar, se precisar ser seguida, é
125 bastante rigorosa, mas que pode ser flexibilizada dependendo das práticas agrônômicas

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

126 utilizadas nas propriedades, que promovem aumento da infiltração da água no perfil do solo.
127 Com relação específica à Estrada do Castelo Eldorado, a Emater ainda não foi demandada
128 para contribuir para a elaboração do projeto, se for com certeza vai colaborar. O Sr. Edson
129 Dornellas comentou da necessidade de buscar recursos para os agricultores construírem os
130 terraços, inclusive com emendas parlamentares, e solicitou à SMAA a elaboração de
131 projetos neste sentido. O Sr. Eloi Ferri lembrou que, em sua opinião, a última coisa a ser
132 usada contra os agricultores é a lei, mas que ela deve começar a ser usada, pois um grande
133 agricultor da região dele, na Estrada do Bulle, com uma simples ameaça de usar a
134 legislação, providenciou a construção dos terraços. A Sra. Cristina fez um cálculo rápido: se
135 o Orçamento Municipal é de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de
136 reais), considerando os 891 Km de estradas rurais existentes no município e um custo médio
137 de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) por quilômetro de estrada adequada, tem-se um custo
138 total estimado de R\$ 62.370.000,00 (sessenta e dois milhões, trezentos e setenta mil reais),
139 equivalente a 25% do orçamento anual. Ou seja, é possível definir um plano para, no médio
140 e longo prazos, adequar todas as estradas rurais do município, depende de decisão política
141 para fazer isso. Continuando a reunião, fez-se uma inversão da pauta, colocando em
142 discussão o item 4 - "Palavra aberta": 1) Sra. Mirian Song, sobre a estrada rural próxima à
143 propriedade dela: quem vai fazer, quando, como? O CMDR não tem resposta para essas
144 perguntas. A sugestão do conselheiro Marcelo Peluso é que o secretário Ronaldo Siena seja
145 convidado para apresentar ao Conselho o plano de trabalho da SMAA para as estradas
146 rurais, aprovada por unanimidade; 2) Sr. Maurício Franco: qual a empresa que ganhou a
147 licitação e quando vai começar a obra na Estrada do Castelo Eldorado; o Sr. Vilson
148 Bitencourt disse que tem uma informação extraoficial de que a empresa Plaenge foi a
149 ganhadora da licitação; 3) José Aparecido da Silva, gerente de transporte escolar da
150 Secretaria Municipal de Educação (SEED), que destacou que cada quilômetro de estrada
151 melhorada é economia para o município; que todos devem pensar como município, não
152 como Educação, Saúde, Agricultura, de forma isolada; e que ele, pela função que ocupa,
153 passa para a SMAA os trechos críticos para o transporte escolar; mas nas estradas não
154 transitam apenas os alunos, mas também os caminhões com a produção da safra, os
155 frangos, etc., portanto o esforço deve ser de todos e em conjunto; e informou que já ocorreu
156 uma diminuição de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) na licitação do transporte
157 escolar, atribuída à melhoria em alguns trechos de estradas rurais, antes muito ruins. A Sra.
158 Mirian Song rebateu que, quando se buscou, na discussão do Orçamento Municipal,
159 aumentar os recursos para a SMAA, deslocando recursos da SEED, esta secretaria foi
160 totalmente contrária; 4) O Sr. Eloi Ferri perguntou sobre quem faz a licitação das empresas
161 terceirizadas para arrumar as estradas, sendo informado que é a Secretaria de Gestão
162 Pública; e perguntou sobre as máquinas do CIDREBAC, se estão trabalhando ainda ou não;
163 que a SMAA já recebeu outras máquinas e tem um projeto para arrumar a Estrada da
164 Cachoerinha. Ele lembrou, também, das árvores nas margens da Estrada do Bulle, que
165 ainda não tem uma resposta sobre como proceder e de quem é a responsabilidade do corte.
166 Sobre as estradas, discutiu-se e aprovou-se que ficará para a SMAA responder, em
167 apresentação a ser solicitada pela Diretoria Executiva, conforme sugestão apresentada pelo

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

168 Sr. Marcelo Peluso e já aprovada. Sobre as árvores, o Sr. Paulo Dolibaina, representante da
169 SEMA, informou que para cortar árvores em margem de estrada rural tem que pedir
170 autorização no setor de Áreas Verdes da SEMA, se for em área pública mediante
171 apresentação de algum documento pessoal do interessado; se for em área particular tem
172 que ser o proprietário, se pagar IPTU é com a SEMA, se pagar ITR tem que pedir para a
173 SMAA solicitar para a SEMA. Respondendo ao Sr. Eloi Ferri, o Sr. Elton Longo orientou que
174 ele faça um protocolo/requerimento na SMAA, descrevendo a situação que está oferecendo
175 riscos a ele e demais usuários da estrada, identificando corretamente o ponto/local, e dizer
176 que está solicitando as devidas providências ao município. Sobre a patrulha rural do
177 CIDREBAC, a informação dada pelo Sr. Elton Longo é que ela está trabalhando em
178 Lerroville, na Estrada da Usina, e quando acabar este serviço, previsto em projeto
179 específico, será levada para outro município. A Sra. Lorian informou que a licitação é
180 necessária quando serão contratados serviços terceirizados, mas quando o serviço é
181 realizado pela Prefeitura Municipal/SMAA não é necessária a licitação; 5) Sr. Guilherme
182 Casanova Júnior informou que o Secretário de Agricultura pediu para ele solicitar que o
183 CMDR autorize o uso de recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural para pagar
184 as matrículas dos imóveis onde estão localizadas as cascalheiras, para fins de liberação das
185 mesmas. Ficou definido que a SMAA deve formalizar este pedido ao Conselho, através de
186 ofício, onde conste uma previsão do volume de recursos a ser utilizado por ano, quantas
187 cascalheiras/matrículas, e quais os benefícios oferecidos pelo município como contrapartida
188 aos proprietários, como a retirada, distribuição e espalhamento do cascalho em trechos
189 internos de carreadores. Finalizada a “Palavra aberta”, passou-se imediatamente ao item da
190 pauta que trata da alteração das Leis Municipais nºs 11.860/2013 e 12.340/2015, para
191 contemplar a absorção do Conselho de Sanidade Agropecuária (CSA), conforme
192 deliberação da 9ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, sendo destacado pela
193 Sra. Lorian que a lei a ser alterada é a 11.860/2013, conforme foi lembrado pelo conselheiro
194 Elton Longo na reunião anterior. Imediatamente a Sra. Cristina Krawulski passou à
195 apresentação das sugestões de alteração desta lei, a ser encaminhada pelo CMDR o mais
196 rápido possível, visto ter toda uma tramitação na Câmara de Vereadores, que certamente vai
197 demandar tempo. Após ampla discussão entre os presentes, à medida que cada artigo e
198 parágrafo foi sendo apresentado, foram explicadas as sugestões de alteração, destacando
199 que, após a alteração da lei, também será necessário alterar o Regimento Interno do CMDR;
200 uma das alterações propostas é aumentar o número de conselheiros, passando de 21 para
201 30 membros, dos quais 1/3 representantes do Poder Público Municipal de Londrina (10
202 membros) e 2/3 da sociedade civil e entidades públicas estaduais e federais (20 membros),
203 detalhados no corpo do artigo específico. Além disso, uma das questões é verificar a
204 legalidade para convidar determinadas instituições para participar do Conselho, mesmo sem
205 ter uma cadeira/vaga, a critério da Diretoria Executiva. Outra questão importante a ser
206 aprofundada é a rotatividade dos membros, sendo decidido manter a redação atual da lei, de
207 recondução por apenas mais um mandato consecutivo. O Sr. Marcelo Volpe Peluso
208 aproveitou para solicitar que as justificativas de ausência sejam lidas no começo de cada
209 reunião; a Sra. Cristina lembrou aos presentes que titular e suplente devem conversar

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

210 sempre sobre o que foi discutido na reunião em que um ou outro participou, não apenas
211 pedir para substituir em determinada reunião; lembrou, também, que as Comissões do
212 Conselho podem trabalhar e já trazer suas contribuições para as reuniões. Feitos esses
213 esclarecimentos e continuando a discussão sobre as alterações da lei do Conselho, decidiu-
214 se que a Secretaria Geral vai encaminhar aos conselheiros, por email, o arquivo que foi
215 apresentado nesta reunião, para que todos leiam com atenção e apresentem as sugestões à
216 Diretoria Executiva. Para finalizar, a Sra. Cristina informou que o CMDR recebe muitos e-
217 mails convidando para eventos promovidos pela Prefeitura Municipal e outras instituições,
218 sendo decidido que a Secretaria Geral filtre e decida o que precisa ser encaminhado ou não
219 aos conselheiros. Sobre o envio da convocação e da ata, foi reforçado o envio por email e
220 também no Grupo de WhatsApp do CMDR. A Sra. Lorian Voigt Gair apresentou a
221 preocupação sobre a próxima reunião, agendada para o distrito de São Luiz a pedido do Sr.
222 Alfeu Bessa, sendo decidido que o suplente dele, Sr. Eloi Ferri, vai tratar o assunto e
223 apresentar a decisão no Grupo de WhatsApp do CMDR. O Sr. Edson Dornellas informou
224 sobre o evento do próximo dia 6, "Descomplica Rural", a ser realizado no Buffet Planalto;
225 quem tiver interesse, ligar no Sindicato Rural Patronal (3374-0300) e falar com a Eliana para
226 fazer a inscrição; após o almoço, haverá uma palestra sobre legislação trabalhista, estão
227 todos convidados. Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Cristina agradeceu mais uma
228 vez a presença dos conselheiros e convidados participantes e declarou encerrada a reunião,
229 para a qual justificaram sua ausência os conselheiros Andreza Aparecida Moraes
230 Gonçalves; Alfeu Vander de Bessa (suplente compareceu); José Candido Rosa; Moacir
231 Norberto Sgarioni (suplente compareceu); Paulo Vicente Contador Zaccheo (suplente);
232 Ronaldo Deber Siena (suplente); Maick Fabian Ponchieli Ribeiro (suplente) e eu, Cristina
233 Célia Krawulski, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes à
234 parte, em lista de presença.

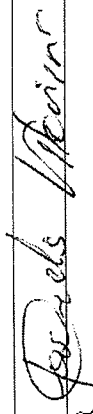
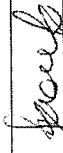

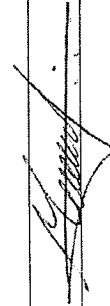



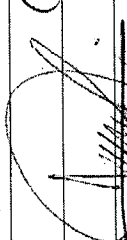
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina - Paraná

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA LISTA DE PRESENÇA

Dia: 05/03/2020

- Local: Prefeitura Municipal Auditório
- Horário: 14h00min.

	NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
1.	Andreza Aparecida Moraes Gonçalves	Rep. Comunidade Rural	
2.	Carla Liegi Lonardoni Oliveira Pietl	Rep. Comunidade Rural	
3.	Alfeu Vander de Bessa	Rep. Comunidade Rural	
4.	José Carlos Vitorino	Rep. Comunidade Rural	
5.	José Candido Rosa	Rep. Comunidade Rural	
6.	Lorian Voigt Gair	Ent. Classe Ligadas ao Des. Rural	
7.	Karen Cristina dos Santos Reis	Trabalhadores Rurais	
8.	Moacir Norberto Sgarioni	Empregadores Rurais	
9.	Marcelo Volpe Peluso	Setor Cooperativista Rural	
10.	Ailton Martins da Costa	Ent. e/ou Associações de Produtores	
11.	Sandra Aparecida Costa Ferrer	Ent. e/ou Associações de Produtores	
12.	Luis Artur Bernardes da Rosa	Representante do Ensino Superior	
13.	Arnold Barbosa de Oliveira	Representante da Pesquisa Oficial	
14.	Cristina Célia Krawulski	Ass. Téc. e Extensão Rural	
15.	Guilherme Casanova Junior	Sec. Agricultura e Abastecimento	
16.	Eilton Manoel Sacoman Longo	Sec. Agricultura e Abastecimento	
17.	José Aparecido da Silva	Sec. Mun. Educação	

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina - Paraná

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA
LISTA DE PRESENÇA**

Dia: 05/03/2020

- Local: Prefeitura Municipal Auditório
- Horário: 14h00min.

18.	Vanete Moreno	Sec. Mun. Saúde	
19.	Maria Lucimar Pereira	Sec. Mun. Assistência Social	
20.	Luís Gustavo Galhardo de Oliveira	Sec. Mun. Obras e Pavimentação	
21.	Paulo Cezar Dolibaina	Sec. Mun. Ambiente	<i>[Handwritten Signature]</i>
22.	Mirion Sano	Eng. Agrôn.	<i>[Handwritten Signature]</i>
23.	Maurício Frans	Produtor Rural	<i>[Handwritten Signature]</i>
24.	Elói Ferzi	Produtor Rural	<i>[Handwritten Signature]</i>
25.	Kelli Guiselli de Lima	Sec. mun. Obras e Pavimentação	Kelli G. de Lima
26.	Leonardo Struon	Supl. Cursos Superior	Leonardo Struon
27.	Karen Cristina S. R.	Substitua Rural Saneam	Karen Cristina
28.	Aquiles de Jesus	Coordenador D. I. R. C. E	<i>[Handwritten Signature]</i>
29.	Camilla Garcia	SMAR	<i>[Handwritten Signature]</i>
30.	Sedeptião da S. Santos	PRODUTO R. R. U. R. A. L	
31.	Marclo Ronaldo Garcia	SMAS	Marclo Ronaldo Garcia
32.	Vilson S. Biffen court	Veteador	<i>[Handwritten Signature]</i>
33.	Edson Donato	Sind. Rural Patronal Rural	<i>[Handwritten Signature]</i>
34.	Auriana Bolognini Kiana Poma	Sec. Mun. Saúde	<i>[Handwritten Signature]</i>
35.	RICIELLI VICENTIN	GUARAVERA	<i>[Handwritten Signature]</i> VICENTIN

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

1 **ATA Nº 03/2020: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE** 2 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA – (CMDR) -----**

3 No quarto dia do mês de junho de 2020, às 14h00min, na Sala de Vídeo Conferência
4 acessada pelo endereço eletrônico <https://meet.google.com/qxw-iry-ajj>, reuniram-se os
5 membros do CMDR para realizar sua reunião ordinária do mês de junho. A Sra. Cristina
6 Krawulski, Secretária Geral do Conselho, iniciou os trabalhos informando sobre a consulta
7 realizada no Grupo de WhatsApp do CMDR para a realização desta reunião virtual, em
8 função da pandemia da Covid-19, que fez com que as reuniões de abril e maio fossem
9 suspensas; que, em princípio, a Diretoria Executiva relutou em realizar a reunião desta
10 forma, por existir conselheiros não acostumados com essa dinâmica, e isso vai requerer
11 paciência de todos, hoje; mas que está muito feliz por ver conselheiros de lugares tão
12 distantes da sede do município presentes na sala virtual, citando como exemplos o
13 Sebastião da Silva Santos (“Tanaca”), no Assentamento Eli Vive I; a Andreza Gonçalves, no
14 Guairacá; e a Ricielli Vicentin, na Cachoeirinha. Na sequência, apresentou informações
15 básicas sobre o funcionamento da sala virtual, relativas ao uso do microfone e da câmera,
16 do chat, falar devagar e próximo ao microfone. E destacou que essa reunião tem dois
17 objetivos principais – aprendizado de uso da ferramenta de vídeo conferência, e discussão
18 das estradas para compor o Plano Operativo Anual CIDREBAC 2019-2020. Feitas essas
19 considerações iniciais, passou a palavra ao presidente, Sr. Alfeu Bessa, que fez a leitura da
20 convocação com a proposta de pauta da presente reunião, através do Ofício Circular nº
21 03/2020, que foi enviado por e-mail e no Grupo de WhatsApp do Conselho: **1. Aprovação**
22 **da Ata da Reunião Ordinária de 05/03/2020; 2. Estradas CIDREBAC; 3. Palavra aberta,**
23 sendo a pauta aprovada por unanimidade, através de mensagens no chat e declarações ao
24 microfone. Na sequência, a Sra. Cristina informou que será seguida a mesma metodologia
25 das reuniões presenciais, e se inscreveram para usar a palavra no item 3 da pauta os
26 conselheiros Andreza Gonçalves, Alfeu Bessa e ela própria (Cristina). Colocado em
27 discussão o item 1 da pauta, a ata da Reunião Ordinária de 05/03/2020 foi aprovada por
28 todos os presentes, também por mensagens escritas no chat e declarações ao microfone.
29 Passou-se ao item 2 da pauta “Estradas CIDREBAC”, conforme Ofício nº 100/2020, enviado
30 pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA), o qual foi previamente
31 encaminhado aos conselheiros por e-mail e WhatsApp. O tema foi conduzido pelo Secretário
32 Municipal de Agricultura, Sr. Gustavo Gomes dos Santos, que iniciou dizendo que leu todo o
33 Plano Municipal de Adequação e Manutenção de Estradas Rurais, elaborado pelo CMDR em
34 2018, que concorda com as propostas nele contidas e lamenta que os estudantes do meio
35 rural percam tantos dias de aula por causa da má condição das estradas rurais. Na
36 sequência, apresentou o demonstrativo do trabalho que a SMAA conduziu através do
37 Consórcio CIDREBAC, conforme previsto no Plano Operativo Anual (POA) - CIDREBAC
38 2019-2020: as obras da Estrada Pari Paro 1 e 2 (16,2 Km) foram concluídas no segundo
39 semestre de 2019; as obras da Estrada Apucarantina trecho 1, no total de 3,6 Km, foram
40 concluídas no primeiro bimestre de 2020; e as obras da Estrada Apucarantina trecho 2, no
41 total de 10,0 Km, tem previsão de conclusão ainda neste primeiro semestre de 2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

42 Continuando, o Sr. Secretário apresentou a proposta da SMAA para o compor o POA
43 CIDREBAC 2020–2021 do município de Londrina, a saber: Estrada Ivo Leão (16,9 Km);
44 Estrada Velha Paiquerê-Lerroville (16,3 Km); Estrada Pininga (14,2 Km); Estrada Brigada
45 4/Caminhos (12,3 Km); Estrada Goulart (2,32 Km); Estrada São José da União (2,12 Km),
46 totalizando 64,14 Km. O Secretário relatou, também a justificativa da SMAA para a escolha
47 dessas estradas, que diz respeito à necessidade de mobilidade de pessoas, em especial dos
48 alunos atendidos pelo transporte escolar, bem como das safras e acesso aos serviços
49 públicos garantidos por direito ao cidadão; e buscando otimizar os recursos públicos no
50 quesito de mobilização para execução das obras, em função do grau de dificuldade
51 intrínseco nessas localidades mais distantes da base operacional da SMAA, que é um fator
52 dificultador para compatibilizar com a jornada de trabalho dos servidores municipais, que
53 ainda é de seis (6) horas diárias. Para complementar a fala do Secretário, o conselheiro
54 Romeu Gair apresentou as estradas no Google Earth, traçando as mesmas na imagem de
55 satélite, para que todos pudessem ter uma melhor visão das mesmas e a sua localização
56 nos distritos. Colocado o assunto em discussão, a Sra. Cristina manifestou-se dizendo que
57 ficou muito feliz ao constatar que essas estradas, propostos pela SMAA para o POA
58 CIDREBAC 2020-2021 atendem o que está previsto no Plano Municipal de Adequação e
59 Manutenção de Estradas Rurais, que apresenta como prioridades os distritos de Lerroville,
60 Guairacá, Paquere, Irerê e Guaravera, e essas estradas estão localizadas no entorno de
61 Lerroville, Guairacá e Paquere, e são trechos bastante precários. Após a discussão, a
62 proposta da SMAA foi aprovada por unanimidade pelos presentes, através de mensagens
63 digitadas no chat e declarações ao microfone. Passou-se imediatamente ao terceiro e último
64 item da pauta, “Palavra aberta”: 1) O Sr. Alfeu Bessa perguntou ao Secretário de Agricultura
65 sobre o início das obras na Estrada do Castelo Eldorado, em Guaravera, que foi prometida
66 pelo secretário anterior, Sr. Ronaldo Siena, em reunião realizada com os agricultores
67 daquele distrito, para ser realizada por uma empresa terceirizada, vencedora da licitação;
68 perguntou, também, se a SMAA tem um planejamento de trechos de estrada a serem
69 arrumados/adequados com as máquinas da Prefeitura/SMAA, e quais são esses trechos. O
70 Secretário, Sr. Gustavo dos Santos, respondeu que a ordem de serviço já foi assinada com
71 a empresa vencedora da licitação, e dentro de 10 dias a obra na Estrada do Castelo
72 Eldorado será iniciada; e que não tem em mãos o planejamento para as obras a serem
73 realizadas com as máquinas da Prefeitura/SMAA, mas vai responder isso por escrito, ao
74 Conselho; 2) A Sra. Andreza Gonçalves perguntou ao Secretário de Agricultura se já existe
75 uma previsão para consertar o trecho da estrada que vai de Paquere a Guairacá, conhecido
76 como a descida da Santa Maria, pois esse trecho está sendo erodido pela enxurrada,
77 colocando em risco os usuários da estrada, inclusive o transporte escolar. O Secretário
78 Gustavo respondeu que já tem conhecimento deste problema, vai entrar em contato com a
79 Secretaria de Obras para buscar uma solução, e também solicitou que o Conselho oficie a
80 Secretaria de Obras, compromisso assumido pela Diretoria Executiva; e a Sra. Cristina
81 comentou que faz dois anos que o Distrito do Guairacá, representado neste Conselho pela
82 Sra. Andreza, está ouvindo isso da SMAA, que a responsabilidade é da Secretaria de Obras;
83 enquanto isso, a erosão na margem direita da estrada, sentido Guairacá-Londrina, no ponto

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

84 citado, está só aumentando, aumentando o risco dos usuários da mesma. O Secretário
85 pediu um voto de confiança, alegando estar a apenas 10 dias no cargo. Continuando, a Sra.
86 Ricielli Vicentin usou a palavra e perguntou ao Secretário se a SMAA tem algum projeto para
87 adequar a Estrada da Cachoeirinha, mais uma vez relatando a demanda por estrada
88 transitável sob quaisquer condições de tempo, devido à concentração de barracões de
89 frango na comunidade, que dependem do fornecimento de ração e retirada das aves para
90 abate nas datas planejadas. O Secretário pediu aos presentes que busquem conscientizar
91 os agricultores usuários das estradas para evitar trafegar com caminhões carregados em
92 dias de chuva, para não danificar as estradas. A Sra. Cristina informou que o IDR Paraná
93 (instituição formada pela fusão do Iapar e Emater), em conjunto com a SEAB e CREA,
94 através dos engenheiros agrônomos Cristina Célia Krawulski, Romeu Gair e Lorian Voigt
95 Gair, realizou o levantamento da Estrada da Cachoeirinha, e colocam este levantamento à
96 disposição da SMAA, para fazer uma obra tecnicamente correta, após reunir os proprietários
97 e moradores da comunidade, para atender o que está previsto no item 7 (sete) do Plano
98 Municipal de Adequação e Manutenção de Estradas Rurais, que foi lido aos presentes:
99 “Elaboração do plano de manejo de solos e água dos imóveis rurais que fazem divisa com a
100 estrada a ser adequada, para evitar o escoamento de água destes imóveis para a estrada,
101 realizado pelos responsáveis técnicos dos imóveis e implantado pelos proprietários”. A Sra.
102 Cristina lembrou que é importante realizar a adequação técnica da estrada, e não apenas
103 espalhar cascalho novamente, pois ele poderá ser perdido na próxima estação chuvosa,
104 pela enxurrada que não for contida nas propriedades adjacentes, algo há muito tempo
105 pleiteado por este Conselho, considerando a escassez de cascalho na região e o
106 desperdício de recursos públicos e privados, pois os agricultores muitas vezes pagam para
107 realizar serviços nas estradas que são perdidos pela enxurrada. O Secretário respondeu que
108 vai conferir a programação das máquinas da SMAA e dará um retorno ao CMDR. A Sra.
109 Cristina lembrou aos presentes, informando ao Secretário de Agricultura, que este Conselho
110 propôs no Plano Municipal de Adequação e Manutenção de Estradas Rurais e tem realizado
111 ações junto à Câmara de Vereadores, pleiteando a destinação de recursos, sempre foram
112 no sentido de que o município tenha duas frentes de trabalho nas estradas rurais, com
113 patrulhas mecanizadas diferentes ou terceirizadas, uma dessas frentes para readequar
114 trechos, num trabalho mais lento e com custo mais elevado, baseada em projetos técnicos,
115 com quebra de barranco, levantamento de leito, construção de lombadas e outras práticas,
116 conforme a necessidade de cada estrada; e outra frente de trabalho para realizar a
117 manutenção emergencial das estradas, pois não é possível adequar os mais de 800 Km de
118 estradas rurais do município de Londrina de uma vez só. Não havendo mais assuntos a
119 tratar, o presidente do CMDR, Sr. Alfeu Bessa agradeceu mais uma vez a presença dos
120 conselheiros, do Secretário de Agricultura, Sr. Gustavo Gomes dos Santos, e dos demais
121 ouvintes/participantes, e declarou encerrada esta reunião virtual da qual eu, Cristina Célia
122 Krawulski, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes,
123 listados a seguir pois cada conselheiro e participante estava em um local do município, o
124 que não permitiu dispor de uma lista de presença assinada pelos presentes, como ocorre
125 nas reuniões presenciais: Alfeu Vander de Bessa; Sebastião Silva Santos; Andreza

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina - Paraná

126 Aparecida Moraes Gonçalves; Arnold Barbosa de Oliveira; Edelman Carvalho; Edson
127 Dornellas; Elton Manoel Sacoman Longo; Fábio de Paula Herdt; Guilherme Casanova
128 Junior; Gustavo Gomes dos Santos; José Aparecido da Silva; Leonardo Sturion; Lorian Voigt
129 Gair; Luís Artur Bernardes da Rosa; Luís Gustavo Galhardo de Oliveira; Marcelo Volpe
130 Peluso; Paulo Cezar Dolibaina; Paulo Roberto Mrtvi; Paulo Vicente Contador Zaccheo;
131 Ricielli de Sousa Oliveira Vicentin; Romeu Gair.

132
133
134
135
136
137
138
139

[Handwritten signatures and names]
SOMASTINO DOS SANTOS
Paulo Zaccheo
Leonardo Sturion
EDELMAN CARVALHO
Vicentin

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

1 **ATA Nº 04/2020: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE** 2 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA – (CMDR) -----**

3 No terceiro dia do mês de setembro de 2020, às 14h00min, na Sala de Vídeo Conferência
4 acessada pelo endereço eletrônico meet.google.com/mbp-hcwg-ibt, reuniram-se os
5 membros do CMDR para realizar sua reunião ordinária do mês de setembro. O Sr. Alfeu
6 Vander de Bessa, Presidente do Conselho, iniciou os trabalhos cumprimentando a todos e
7 agradecendo pela presença, e realizou a leitura da convocação - Ofício Circular nº 04/2020,
8 que foi enviada por e-mail e postada no Grupo de WhatsApp do Conselho: **1. Leitura e**
9 **aprovação da pauta da reunião; 2. Serviço de Inspeção Municipal (SIM); 3. Projeto**
10 **Fomento Mulher; 4. Relatório resfriadores de leite Assentamento Eli Vive; 5. Plano**
11 **Municipal de Adequação e Manutenção de Estradas Rurais x situação atual; 6. Palavra**
12 **aberta.** A pauta da reunião foi aprovada por unanimidade, através de mensagens escritas no
13 chat e declarações ao microfone, apenas com alteração na ordem de
14 apresentação/discussão da mesma, iniciando pelo item 4, "Relatório resfriadores de leite
15 Assentamento Eli Vive", apresentado pelo conselheiro Guilherme Casanova Junior, que
16 lembrou aos presentes que postou no Grupo de WhatsApp do Conselho a relação com os
17 nomes dos agricultores dos Assentamentos Eli Vive I e II que estão com os 30 resfriadores
18 de leite disponibilizados pelo convênio com o Governo do Paraná/Secretaria de Estado da
19 Agricultura (SEAB), relação esta que compõe o relatório de agosto de 2020, entregue à
20 SEAB: em dezembro de 2019, além dos 30 assentados onde estavam instalados os
21 resfriadores, mais 19 armazenavam o leite nos mesmos; agora, em agosto de 2020,
22 destacou que os 30 resfriadores disponibilizados pela SEAB estão sendo utilizados, com
23 mais 29 assentados utilizando coletivamente os resfriadores, totalizando 59 famílias que
24 comercializam o leite com a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União
25 Camponesa (COPRAN). Os nomes dos beneficiários detentores dos resfriadores, com seus
26 respectivos CPFs e número de Patrimônio do Estado foi apresentada e aprovada por
27 unanimidade pelos conselheiros presentes e está transcrita a seguir **1. Cristiane Ferreira**
28 **dos Santos**, CPF nº 052.573.089-32, Patrimônio nº 100.001.856.096; **2. Ana Lucia dos**
29 **Santos Lopes**, CPF nº 073.453.369-13, Patrimônio nº 100.001.856.092; **3. Eliane Ribeiro**
30 **Pinto**, CPF nº 081.763.639-01, Patrimônio nº 100.001.856.082; **4. Luciana Gomes Ribeiro**,
31 CPF nº 055.535.019-38, Patrimônio nº 100.001.856.083; **5. Eliete Ruas da Silva Pasqual**,
32 CPF nº 056.066.099-59, Patrimônio nº 100.001.856.085; **6. Valdeci Ferreira**, CPF nº
33 881.039.119-68, Patrimônio nº 100.001.856.088; **7. Lea da Silva**, CPF nº 036.738.179-65,
34 Patrimônio nº 100.001.856.084; **8. Rosenilda de Fatima Cesar**, CPF nº 088.277.729-79,
35 Patrimônio nº 100.001.856.086; **9. Simone Oliveira Chaves**, CPF nº 073.163.929-40,
36 Patrimônio nº 100.001.856.095; **10. Sueli da Silva**, CPF nº 082.960.289-56, Patrimônio nº
37 100.001.856.090; **11. Sueli Pereira Vieira de Oliveira**, CPF nº 031.370.359-02, Patrimônio
38 nº 100.001.856.091; **12. Diego José da Silva**, CPF nº 062.022.469-01, Patrimônio nº
39 100.001.856.089; **13. Silvio Ferreira Alves**, CPF nº 010.221.799-85, Patrimônio nº
40 100.001.856.087; **14. Celia Gazabini**, CPF nº 079.650.949-24, Patrimônio nº
41 100.001.856.097; **15. Iraci Amaro Batista Perozzi**, CPF nº 040.112.489-40, Patrimônio nº
42 100.001.856.094; **16. Joelma Cândida da Silva**, CPF nº 054.141.779-70, Patrimônio nº

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

43 100.001.856.093; **17. Ander Pereira Leite**, CPF nº 063.471.499-66, Patrimônio nº
44 100.001.855.622; **18. Elires da Conceição Ferreira**, CPF nº 084.803.059-16, Patrimônio nº
45 100.001.855.623; **19. Aguinaldo Conceição Amorim**, CPF nº 031.329.569-70, Patrimônio
46 nº 100.001.855.624; **20. Odair Martins Esteves**, CPF nº 528.825.789-20, Patrimônio nº
47 100.001.855.625; **21. Idelires Ferreira**, CPF nº 082.876.469-79, Patrimônio nº
48 100.001.855.635; **22. Joel dos Santos**, CPF nº 021.161.169-70, Patrimônio nº
49 100.001.855.634; **23. Eder Luís Bastian Horbach**, CPF nº 013.421.319-08, Patrimônio nº
50 100.001.855.628; **24. Jennifer Maiara Moraes Cergio**, CPF nº 091.134.249-47, Patrimônio
51 nº 100.001.855.629; **25. Roseli Alves Fortes**, CPF nº 078.031.859-59, Patrimônio nº
52 100.001.855.630; **26. Jocilei de Fatima Telles Pedroso**, CPF nº 078.408.208-05,
53 Patrimônio nº 100.001.855.631; **27. Neusa Butke**, CPF nº 054.607.119-83, Patrimônio nº
54 100.001.855.632; **28. Maria Casturina dos Santos**, CPF nº 082.126.619-54, Patrimônio nº
55 100.001.855.633; **29. Lenícia Aparecida Moreira da Silva**, CPF nº 100.001.855-62,
56 Patrimônio nº 100.001.855.627; **30. Zenildo Alves de Assis**, CPF nº 039.456.169-48,
57 Patrimônio nº 100.001.855.626. Finalizado este assunto, passou-se ao item 2 da pauta,
58 “Serviço de Inspeção Municipal (SIM)”, apresentado pela conselheira Cristina Célia
59 Krawulski, que relatou que em 1º de junho de 2020 o Conselho recebeu o Ofício 008/2020
60 do IDR-Paraná, solicitando informações do que foi discutido na Reunião Ordinária do CMDR
61 de 1º de junho de 2017, quando foi apresentada e discutida a IN 04/2017 da Secretaria
62 Estadual de Saúde (SESA)/Vigilância Sanitária; deliberado pelos conselheiros, em 30 de
63 junho de 2017 o CMDR enviou o Ofício 11/2017 para a Secretaria Municipal de Agricultura e
64 Abastecimento (SMAA), solicitando informações sobre a implantação do SIM na SMAA, uma
65 vez que este serviço já deveria estar sendo prestado por esta Secretaria, conforme
66 legislação vigente (Nota Técnica 07/2013, da SESA), mas nenhuma resposta foi dada pela
67 SMAA ao Conselho até o momento, e nem o SIM está implantado na mesma, então ficam as
68 perguntas: o que os agricultores que precisam abrir/regularizar uma agroindústria devem
69 fazer?; a qual instituição devem se dirigir? Alguns agricultores, inclusive, querem participar
70 da venda de produtos para a merenda escolar, e para isso precisam da agroindústria
71 regularizada através do SIM. Destacou-se que a aquisição de alimentos de agroindústrias
72 locais é um programa interessante de desenvolvimento rural, e este é o objetivo maior deste
73 Conselho. O conselheiro Guilherme Casanova Junior falou sobre um documento da Diretoria
74 de Abastecimento sobre as etapas para constituição do SIM no município, com o andamento
75 das ações, onde consta o número do SEI 19.020.092435/2020-14, mas ainda sem previsão
76 de envio da proposta de alteração da lei à Câmara Municipal, pelo Executivo. Para
77 conhecimento de todos, este documento da Diretoria de Abastecimento foi postado no
78 Grupo de WhatsApp do Conselho. Perguntou-se sobre a adesão do município ao SUSAF,
79 sendo respondido pelas conselheiras Cristina Krawulski e a médica veterinária Ana Beatriz
80 da Costa Ribeiro, representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV),
81 que, para o município aderir ao SUSAF, precisa ter o SIM implantado. A conselheira Cristina
82 Krawulski, na condição de Secretária Geral, solicitou o auxílio do CRMV para agilizar a
83 implantação, de fato, do SIM no município de Londrina, e a Sra. Ana Beatriz se
84 comprometeu a verificar com o CRMV o que já foi feito a respeito e o que pode ser feito,
85 para cancelar o pedido deste Conselho para andamento do SIM. A Sra. Lauana Bolzani,

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

86 representante da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), também se comprometeu em
87 verificar o assunto e informar os conselheiros. Concluindo este tema, deliberou-se por
88 encaminhar um ofício deste Conselho ao Prefeito, e enviar o mesmo ofício para a SMAA e a
89 SMS, informando os nomes dos agricultores com pedido de inscrição no SIM, conhecidos
90 pelo CMDR. Passou-se ao item 3 da pauta, “Projeto Fomento Mulher”, apresentado pela
91 Sra. Cristina Krawulski: trata-se de um Programa realizado com recursos do Governo
92 Federal/INCRA, através de um Termo de Cooperação com o IDR-Paraná, no período de
93 novembro de 2018 a agosto/2020, nos Assentamentos Eli Vive I e II, com a participação de
94 toda a equipe da Unidade Municipal de Londrina do IDR-Paraná, e outros profissionais de
95 municípios vizinhos, dado o tempo exíguo para elaboração dos projetos técnicos. O
96 Programa liberou um empréstimo de R\$ 5.000,00 por beneficiária/assentada, com juros de
97 0,5% ao ano e rebate de 80%, que resulta na devolução ao INCRA do valor de R\$ 1.005,00.
98 Destacou-se a aplicação de R\$ 935.000,00 em 187 projetos, dos quais 150 no Eli Vive I e 37
99 no Eli Vive II, beneficiando 37% das famílias dos dois assentamentos, que se enquadraram
100 nas normas do Programa. Entre as atividades produtivas financiadas, destacam-se a
101 bovinocultura de leite, com 88 projetos, a olericultura e o café, com 21 projetos cada;
102 bovinocultura de corte (13 projetos); grãos, principalmente milho e vassoura (13 projetos);
103 suinocultura e avicultura (11 projetos cada); fruticultura (3 projetos); ovinocultura (2 projetos);
104 piscicultura (2 projetos); e sericicultura (2 projetos), dos quais foram mostradas algumas
105 fotos aos presentes. A Sra. Cristina Krawulski destacou que este Programa tem uma forte
106 característica de desenvolvimento rural e local, pois os recursos foram aplicados no próprio
107 município e, mais especificamente, na microrregião de Lerroville, onde os Assentamentos Eli
108 Vive I e II estão localizados. Considerando que vários desses projetos foram destinados à
109 produção de frutas e hortaliças para fornecimento para a merenda escolar, reforça a
110 importância do Programa no desenvolvimento rural e local, objetivo a ser perseguido por
111 este Conselho. Vários conselheiros se manifestaram ao microfone e no chat, parabenizando
112 o IDR-Paraná e as agricultoras pelos resultados alcançados, sendo lembrado pelo SR. José
113 Aparecido da Silva que os Assentamentos Eli Vive I e II fizeram doações de alimentos para
114 atender famílias necessitadas de Londrina, nestes tempos de pandemia. O conselheiro Luís
115 Artur comentou ser justa essa valorização da mulher, que cuida da casa, dos filhos e
116 também da produção agropecuária. A conselheira Sandra Ferrer, representante do
117 Assentamento Eli Vive II, comentou a importância do Programa Fomento Mulher para as
118 assentadas, que estão muito felizes e entusiasmadas com o recurso e a assistência técnica
119 recebidos, que estão possibilitando alavancar a produção de alimentos nos dois
120 assentamentos. Na sequência, passou-se ao item 5 da pauta, “Plano Municipal de
121 Adequação e Manutenção de Estradas Rurais *versus* a situação atual”. A Sra. Cristina
122 informou que existem várias reclamações de agricultores de diversas regiões do município
123 sobre obras sendo realizados em trechos de estradas que, aparentemente, não estão
124 seguindo as etapas previstas no Plano Municipal de Adequação e Manutenção de Estradas
125 Rurais, elaborado pela Comissão de Projetos e aprovada pela plenária deste Conselho em
126 dezembro de 2018. O Sr. Maurício Franco comentou sobre a Estrada do Castelo Eldorado, e
127 solicitou que o IDR-Paraná converse com os agricultores daquela região para mostrar a
128 importância do trabalho integrado. Foram feitas várias outras manifestações dos

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

129 conselheiros Ricielli Vicentin, Leonardo Sturion, Alfeu Bessa, Lorian Voigt Gair e Guilherme
130 Casanova, este explicando que o Conselho deve enviar ofício ao Secretário de Agricultura
131 para saber do andamento das obras nas estradas, pois ele e o Elton Longo representam o
132 poder público, não a SMAA. A Sra. Lorian Gair comentou que o que se espera dos
133 conselheiros é que necessariamente eles não respondam de imediato as perguntas, mas
134 sim que levem a questão para a instituição que representam e enviem a resposta ou
135 encaminhamento aos demais conselheiros, seja por email, Grupo de WhatsApp ou na
136 próxima reunião. O Sr. Guilherme Casanova informou que conversou com o Secretário de
137 Agricultura sobre a cobrança para readequação da Estrada da Cachoeirinha no Grupo de
138 WhatsApp do Conselho, e o Secretário pediu que fosse perguntado aos Conselheiros: “O
139 Conselho quer que a SMAA atenda o Plano de Adequação e Manutenção de Estradas
140 Rurais, já elaborado, ou quer que a SMAA atenda questões pontuais de estradas?” Pois a
141 SMAA vem procurando atender ao Plano de Adequação. O Sr. Guilherme perguntou à Sra.
142 Cristina se foram repassadas cópias do Plano aos conselheiros e, diante de resposta
143 negativa, aventou a possibilidade de isso ser feito. O Sr. Luís Gustavo Galhardo, da
144 Secretaria Municipal de Obras (SMOP), fez uso da palavra lembrando que havia sugerido à
145 Secretaria Geral do CMDR para fazer o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações
146 (SEI) da Prefeitura Municipal de Londrina, pois o mesmo agiliza o atendimento por parte das
147 secretarias e órgãos municipais, considerando que ofícios físicos protocolados podem se
148 perder, ficar esquecidos em cima de alguma mesa e, via SEI, existem prazos a serem
149 cumpridos, conferindo agilidade. A Sra. Cristina relatou que começou a fazer o cadastro do
150 CMDR no SEI, que não aceita pessoa jurídica, mas parou porque precisa enviar cópias de
151 documentos para finalizar, então vai providenciar o término do cadastro. Vários outros
152 conselheiros se manifestaram no sentido de que estradas é um assunto importante por ser
153 essencial ao desenvolvimento rural, deliberando-se que serão refeitas as solicitações à
154 SMAA e à SMOP sobre a “descida da Santa Maria” e a “Ponte sobre o Córrego Ouro Fino”,
155 já feitas através dos ofícios físicos 04 e 05/2020, respectivamente, protocolados na SMOP
156 em 24 de junho de 2020. E também será solicitado ao Secretário de Agricultura os trechos
157 que serão trabalhados com a empresa licitada recentemente, conforme discutido na reunião
158 de junho e novamente levantado pelo Sr. Alfeu Bessa, visto que nas estradas do Castelo
159 Eldorado e da Cachoeirinha já foi iniciado algum trabalho. No item 6 da pauta, “Palavra
160 aberta”, A Sra. Cristina Krawulski informou que, por motivo de aposentadoria, a conselheira
161 Vanete Moreno, da SMS, foi substituída pela servidora Eni do Carmo de Souza, conforme
162 Ofício 480/2020, de 28/07/2020. Em seguida, o vereador Vilson Bitencourt usou a palavra
163 para informar aos presentes que, a exemplo do que fez em 2019, também este ano vai
164 incluir no orçamento municipal 2021 emendas para adequação e manutenção de estradas
165 rurais e aquisição de máquinas e implementos. Não havendo mais assuntos a tratar, o
166 presidente do CMDR, Sr. Alfeu Bessa, agradeceu mais uma vez a presença dos
167 conselheiros e dos ouvintes/participantes, vereador Vilson Bitencourt e o agricultor Mauricio
168 Franco Ferreira, de Guaravera, e declarou encerrada esta reunião virtual da qual eu, Cristina
169 Célia Krawulski, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes,
170 listados a seguir devido ao fato de que cada conselheiro e participante encontrava-se em
171 locais diferentes do município, o que não permitiu dispor de uma lista de presença assinada

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

- 172 por todos, como ocorre nas reuniões presenciais: Alfeu Vander de Bessa; Ana Beatriz da
173 Costa Ribeiro; Arnold Barbosa de Oliveira; Edson Dornellas; Elton Manoel Sacoman Longo;
174 Fátima Aparecida Celestino; Guilherme Casanova Junior; José Aparecido da Silva; José
175 Carlos Vitorino; Lauana Bolzani Viana Rosa; Leonardo Sturion; Lorian Voigt Gair; Luís Artur
176 Bernardes da Rosa; Luís Gustavo Galhardo de Oliveira; Marcelo Volpe Peluso; Marcilio
177 Ronaldo Garcia; Paulo Cezar Dolibaina; Paulo Vicente Contador Zaccheo; Ricielli de Sousa
178 Oliveira Vicentin, Romeu Gair; Sandra Aparecida Costa Ferrer; Vilson Bitencourt; Maurício
179 Franco Ferreira.

Manoel George
Fátima de Celestino
Alfeu Vander de Bessa
Paulo Cezar Dolibaina
Vilson Bitencourt
Romeu Gair
Sandra Aparecida Costa Ferrer
Maurício Franco Ferreira
Luís Artur Bernardes da Rosa
Luís Gustavo Galhardo de Oliveira
Marcelo Volpe Peluso
Marcilio Ronaldo Garcia
Paulo Vicente Contador Zaccheo
Ricielli de Sousa Oliveira Vicentin

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

1 **ATA Nº 05/2020: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE** 2 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA – (CMDR) -----**

3 No primeiro dia do mês de outubro de 2020, às 14h00min, na Sala de Vídeo Conferência
4 acessada através do endereço eletrônico *meet.google.com/uzn-sjdz-qbt* reuniram-se os
5 membros do CMDR para sua reunião ordinária do mês de outubro. O presidente do
6 Conselho, Sr. Alfeu Vander de Bessa, iniciou os trabalhos cumprimentando a todos e
7 agradecendo a presença, e leu a convocação enviada aos conselheiros por e-mail e postada
8 no Grupo de WhatsApp do Conselho, Ofício Circular nº 05/2020: **1. Leitura e aprovação da**
9 **pauta da reunião; 2. Alteração da Composição e da Diretoria Executiva do CMDR; 3.**
10 **Relatório resfriadores de leite Assentamento Eli Vive; 4. Palavra aberta.** A presente
11 pauta foi aprovada por unanimidade, através de mensagens escritas no chat e declarações
12 ao microfone, e inscreveram-se para usar a “Palavra aberta” os conselheiros Lorian Voigt
13 Gair e Elton Manoel Sacoman Longo. Na sequência, a conselheira Cristina Celia Krawulski,
14 Secretária Geral do CMDR, apresentou o item 2 da pauta, informando que a composição e a
15 Diretoria Executiva do CMDR precisam ser ajustadas em função da saída das conselheiras
16 Andreza Aparecida Moraes Gonçalves e Carla Liegi Lonardon Gomes de Oliveira, conforme
17 o Regimento Interno, Seção V (Do Mandato), Artigo 22, II. Perderá o mandato o(a)
18 conselheiro(a) que faltar a três (3) reuniões consecutivas ou cinco (5) alternadas sem
19 justificativa (por escrito) (caso da Carla Liegi); III. Apresentar renúncia ao Conselho (caso da
20 Andreza). Como ambas fazem parte da Diretoria Executiva, foram apresentados, aprovados
21 e aclamados os conselheiros Marcelo Volpe Peluso, para a função de Vice-Presidente, e
22 Arnold Barbosa de Oliveira, para a função de Secretário de Comunicação. Também foi
23 alterada a composição das Comissões do CMDR: Comissão de Acompanhamento do Fundo
24 Municipal de Desenvolvimento Rural (FMDR): Ailton Martins, Elton Longo e Marcelo Peluso;
25 Comissão de Acompanhamento a Projetos, Programas e Ações de Desenvolvimento Rural:
26 Arnold Oliveira, Edson Dornellas, José Aparecido Silva e Lorian Voigt Gair; Comunicação e
27 Educação Permanente do Controle Social: Arnold Oliveira e Cristina Krawulski. Também foi
28 aprovado o Sr. Maurício Franco Ferreira, da região de Guaravera, para ser membro do
29 CMDR, em substituição à Sra. Carla Liegi. Encerrado este assunto, passou-se
30 imediatamente ao item 3 da pauta, apresentado pelo conselheiro Guilherme Casanova
31 Junior, que solicitou constar na pauta das reuniões do Conselho de novembro e dezembro o
32 convênio dos resfriadores de leite, considerando que o convênio será finalizado em 2020;
33 ele relatou uma alteração no relatório de agosto de 2020 - o resfriador que estava com a
34 Sra. Eliane Ribeiro Pinto, que deixou de produzir leite, foi transferido para o Sr. Aguinaldo
35 Oliveira Miranda, CPF nº 043.571.399-02, que pertence ao mesmo grupo de vizinhos e
36 ofereceu uma estrutura adequada para abrigar o resfriador de patrimônio nº
37 100.001.856.082; essa troca de beneficiários foi aprovada pela unanimidade dos presentes.
38 A conselheira Lorian Voigt Gair destacou que o papel do CMDR é justamente este, aprovar
39 os beneficiários, e assim garantir o atendimento às normas do Programa, por isso os termos
40 de recebimento devem ser apresentados, e as funções não são excludentes: o Guilherme,
41 ao apresentar o relatório, cumpre a função de gestor municipal do Programa; o CMDR, ao
42 discutir e aprovar o relatório, cumpre sua função de controle social e garante a transparência

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

43 do Programa, e sugeriu/propôs que o Sr. Guilherme poste no grupo de WhatsApp do CMDR
44 o termo de recebimento do resfriador pelo Sr. Aguinaldo Oliveira Miranda, o que foi aprovado
45 pelos presentes. O Sr. Maurício Franco de Oliveira perguntou ao Guilherme se apenas os
46 assentados podem ter acesso a esses resfriadores, ao que foi respondido que estes sim, por
47 tratar-se de um projeto do Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura (SEAB),
48 que destinou esses resfriadores à Prefeitura Municipal, há alguns anos (2009), e a Prefeitura
49 os repassou para os Assentamentos Eli Vive I e II, através de comodato; e, no momento,
50 não tem outros projetos semelhantes a esse, apenas linhas de crédito para financiamento,
51 por exemplo o PRONAF, caso o agricultor se enquadre nas normas, com prazo total para
52 pagamento de até 10 anos, com até três anos de carência e juro de 2,75% ao ano. O
53 conselheiro Guilherme Casanova comentou da necessidade de uma conversa entre a
54 SMAA, IDR-Paraná e SEAB sobre convênios como este dos resfriadores, pois acredita que
55 novos convênios serão firmados, e os termos e condições dos mesmos precisam ser
56 definidas. A Sra. Lorian reforçou que a captação de recursos não é pontual e não existe uma
57 fórmula pronta, tem diferentes caminhos, pode ser pela via política, através de emendas
58 parlamentares, ou através de um plano de desenvolvimento rural; e o município de Londrina
59 deve definir o seu caminho de captação de recursos e elaborar estratégias para atingir os
60 objetivos propostos. Finalizado este assunto, passou-se ao item 4 da pauta, “Palavra
61 Aberta”, começando pela conselheira Lorian Voigt Gair, que iniciou comentando que, a partir
62 dos relatos sobre o convênio dos resfriadores de leite, apresentados pelo Guilherme em
63 setembro e novamente agora, lembrou que a SEAB tem outros convênios igualmente
64 importantes firmados com a Prefeitura de Londrina, cooperativas e associações de
65 agricultores; e perguntou se os conselheiros consideram relevante conhecer o andamento
66 dos mesmos, e que ela pode apresentar essas informações já na próxima reunião; e sugeriu
67 que as demais secretarias municipais com assento neste Conselho (Educação, Meio
68 Ambiente, Obras, Saúde, Assistência Social) também apresentem os convênios
69 relacionados ao meio rural do município, o valor aplicado e o local, a origem dos recursos e
70 andamento dos mesmos. A Sra. Cristina perguntou se alguém sabe informar como está
71 colocação de pedras poliédricas no trecho de estrada do Rio Taquara até o Patrimônio
72 Guairacá; Lorian respondeu que sua última informação é que estava em processo de
73 licitação para contratar outra empresa para continuar a obra; e o Sr. Elton Longo assumiu o
74 compromisso de buscar essa informação junto a Prefeitura e apresentar aos conselheiros,
75 por *e-mail* ou Grupo de WhatsApp. A conselheira Lauana Bolzani comentou que, no
76 momento, desconhece a existência de projetos específicos da Secretaria Municipal de
77 Saúde (SMS) para o meio rural, exceto reformas em Unidades Básicas de Saúde (UBS),
78 algumas em andamento; mas se comprometeu a levantar essas informações e apresentar
79 ao CMDR. A conselheira Sandra Ferrer perguntou a Lauana sobre a construção da UBS no
80 Assentamento Eli Vive I; Lauana também vai buscar essa informação dentro da SMS. O Sr.
81 Maurício Franco sugeriu a Lauana que, além da estrutura física, é importante saber como
82 está o funcionamento ao público nas UBS rurais, sendo respondido que essa informação é
83 melhor obter via Ouvidoria, especificamente de cada região, se houver reclamações sobre o
84 atendimento à população, destacando que existe um *déficit* de servidores técnicos em todo o
85 município, principalmente nesses tempos de Covid-19, não apenas na zona rural. O

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

86 conselheiro Luís Artur reforçou o pedido do Maurício Franco, e sugeriu que seja apresentado
87 um quadro resumido da realidade das UBS da zona rural, quantas são e qual o quadro de
88 funcionários de cada uma, para conhecimento deste Conselho. Também foi solicitado que a
89 SEMA informe onde e como os agricultores podem conseguir mudas de árvores nativas,
90 compromisso assumido pelo conselheiro Paulo Dolibaina para a próxima reunião. Maria
91 Lucimar informou que a Secretaria Municipal de Ação Social (SMAS) tem vários serviços na
92 zona rural, o trabalho não está limitado ao CRAS Rural, mas o CMDR deve buscar essas
93 informações através de ofício. Após ampla discussão sobre a apresentação dos projetos,
94 programas e convênios para o meio rural de Londrina, o conselheiro Guilherme Casanova
95 propôs que não apenas a Prefeitura, através das secretarias municipais, mas também outras
96 instituições como a UEL, o IDR-Paraná, a UTFPR, a SEAB e as cooperativas, apresentem
97 seus principais projetos e trabalhos para o meio rural de Londrina, a exemplo do Fomento
98 Mulher, apresentado pelo IDR-Paraná na reunião de setembro, a título de informação ao
99 Conselho. Na sequência, fez uso da palavra o conselheiro Luís Gustavo, representante da
100 Secretaria Municipal de Obras (SMOP), que voltou a defender o uso do Sistema Eletrônico
101 de Informações (SEI) da Prefeitura Municipal para buscar as informações que foram
102 amplamente debatidas nesta reunião, que provavelmente serão repassadas de forma mais
103 completa e com melhor qualidade; e que o volume e/ou a fonte de recursos podem ser
104 obtidos junto à Secretaria de Planejamento, que detém essa informação de forma mais
105 completa e precisa. A Sra. Cristina relatou que conseguiu concluir seu cadastro no SEI,
106 infelizmente não em nome do CMDR, mas apenas como pessoa física; identificada como
107 Secretária do CMDR postou no SEI o pedido de informações sobre a descida da Santa
108 Maria, na estrada Paiquere-Guairacá (ainda sem resposta), mas ainda não conseguiu postar
109 o pedido referente à ponte da estrada Ouro Fino, por falta de habilidade com o SEI. Após
110 ampla discussão, a proposta do conselheiro Guilherme foi aprovada por unanimidade,
111 iniciando na reunião de novembro, com a destinação de tempo limitado a 20 minutos para
112 apresentação e 10 minutos para perguntas/debate, a ser controlado pela Secretaria Geral.
113 Para a reunião de novembro, fica como sugestão de pauta os relatos dos conselheiros Paulo
114 Dolibaina/SEMA; Guilherme Casanova/SMAA (resfriadores de leite); Lauana Bolzani/SMS; e
115 Lorian Voigt/SEAB. Encerrado este assunto, fez uso da “Palavra aberta” o conselheiro Elton
116 Manoel Sacoman Longo, representante da SMAA, comentando sobre o Plano Diretor e
117 Código de Posturas do município, que considera improdutivo tratar essa legislação em
118 reunião ordinária do CMDR; destacou que está ocorrendo o processo de revisão do Plano
119 Diretor, com propostas de alterações da legislação complementar, como a Lei do Sistema
120 Viário, por exemplo; e que o CMDR pode unir esforços ao Grupo de Acompanhamento (GA)
121 para fazer proposições de alterações. Como encaminhamentos, o Sr. Elton Longo vai
122 encaminhar aos conselheiros, por e-mail, uma planilha disponibilizada pelo IPPUL com as
123 propostas de alteração da lei; e ficará responsável em fazer a ligação entre CMDR e Plano
124 Diretor, contatando com o conselheiro Leonardo Sturion, o representante deste Conselho no
125 Grupo de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor. Não havendo mais assuntos a
126 tratar, o Presidente Alfeu Bessa agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou
127 encerrada esta reunião virtual, para a qual justificaram suas ausências os conselheiros Ana
128 Beatriz da Costa Ribeiro, Marcelo Volpe Peluso (a suplente compareceu) e Ricielli de Sousa

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

129 Oliveira Vicentin, e da qual eu, Cristina Célia Krawulski, lavrei a presente ata, que vai
130 assinada por mim e pelos demais presentes, listados a seguir: Alfeu Vander de Bessa;
131 Arnold Barbosa de Oliveira; Edson Dornellas; Elton Manoel Sacoman Longo; Fátima
132 Aparecida Celestino; Guilherme Casanova Junior; José Aparecido da Silva; Lauana Bolzani
133 Viana Rosa; Maria Lucimar Pereira; Mauricio Franco Ferreira; Leonardo Sturion; Lorian Voigt
134 Gair; Luís Artur Bernardes da Rosa; Luís Gustavo Galhardo de Oliveira; Paulo Cezar
135 Dolibaina; Paulo Vicente Contador Zaccheo; Romeu Gair; Sandra Aparecida Costa Ferrer.

Cristina

Alfeu

Ms. José Aparecido da Silva

José Aparecido da Silva

Guilherme Casanova Junior

Lorian Voigt

Arnold

Edson

Mauricio Franco Ferreira

Paulo Cezar

Paulo Vicente Contador Zaccheo

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

1 **ATA Nº 06/2020: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE** 2 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA (CMDR) -----**

3 No quinto dia do mês de novembro de 2020, às 14h00min, na Sala de Vídeo Conferência
4 acessada através do endereço eletrônico meet.google.com/yvg-rbxq-wwn reuniram-se os
5 membros do CMDR para sua reunião ordinária do mês de novembro, conduzida pelo seu
6 Vice-Presidente, Sr. Marcelo Peluso, mediante falta justificada do Presidente, e pela Sra.
7 Lorian Voigt Gair, Vice-Secretária Geral. O Sr. Marcelo Peluso iniciou os trabalhos
8 cumprimentando e agradecendo a todos pela presença, e leu a convocação enviada aos
9 conselheiros por e-mail e postada no Grupo de WhatsApp do Conselho, Ofício Circular nº
10 06/2020: **1. Leitura e aprovação da pauta da reunião; 2. Relatório resfriadores de leite -**
11 **Assentamentos Eli Vive I e II; 3. Relato SEMA - mudas de árvores nativas; 4. Relato**
12 **Secretaria Municipal de Saúde – ações para o meio rural; 5. Relato SEAB – convênios**
13 **com município de Londrina; 6. Palavra aberta.** A presente pauta foi aprovada por
14 unanimidade, através de mensagens escritas no chat e declarações ao microfone, e nenhum
15 conselheiro se inscreveu para usar a “Palavra aberta”. Na sequência, o conselheiro
16 Guilherme Casanova Junior apresentou o item 2 da pauta, relatando uma alteração no
17 relatório dos resfriadores de leite: o resfriador de patrimônio nº 100.001.856.091, instalado
18 no lote da Sra. Sueli Pereira Vieira de Oliveira, que deixou de produzir leite, foi transferido
19 para o Sr. Denivaldo Cassemiro Santos, CPF nº 030.688.219-16, conforme Termo de
20 Recebimento já postado no Grupo de WhatsApp do CMDR. Essa troca de beneficiários foi
21 aprovada por unanimidade. Finalizado este assunto, passou-se ao item 3 da pauta,
22 apresentado pelo conselheiro Paulo Dolibaina, que informou que a Secretaria Municipal do
23 Ambiente (SEMA) deixou de produzir mudas de árvores nativas, está produzindo apenas
24 mudas de flores e árvores para arborização urbana; e que os agricultores que precisarem
25 recompor áreas de preservação permanente e de reserva legal devem solicitar mudas de
26 árvores nativas ao Instituto Água e Terra (IAT), pessoalmente no Escritório Regional de
27 Londrina ou mediante cadastro na internet, acessando o link [http://www.sedest.pr.gov.br/servicos/Meio-](http://www.sedest.pr.gov.br/servicos/Meio-Ambiente/Plantio-e-Recuperacao-Florestal/Solicitar-mudas-nativas-WaowlKND)
28 [Ambiente/Plantio-e-Recuperacao-Florestal/Solicitar-mudas-nativas-WaowlKND](http://www.sedest.pr.gov.br/servicos/Meio-Ambiente/Plantio-e-Recuperacao-Florestal/Solicitar-mudas-nativas-WaowlKND), sendo necessário apresentar os
29 documentos pessoais do proprietário, o CAR do imóvel e as coordenadas geográficas do
30 local de plantio das mudas. Informou, também, que no site do IAT estão disponíveis as
31 recomendações de plantio das mudas, que podem ser retiradas após 30 dias da aprovação
32 do cadastro/requerimento, período necessário para a programação do viveiro do IAT, que
33 atende todos os municípios da região, não apenas Londrina. Outro lugar onde podem ser
34 adquiridas mudas de árvores nativas é no Laboratório de Biodiversidade da UEL (LABRE).
35 Finalizado este assunto, houve uma inversão da pauta e passou-se ao item 5, apresentado
36 pela conselheira Lorian Voigt Gair, que mostrou aos conselheiros como a Secretaria de
37 Agricultura do Estado interage com o município de Londrina, através de convênios entre
38 ambos, a partir de 2013: Termo de Convênio (TC) 639/2013 – Pedra Irregular Estrada
39 Guairacá – 7 Km (R\$ 1.497.146,46), que já foi encerrado, mas sem conclusão total da obra;
40 TC 671/2013 – Óleo diesel para manutenção de estradas rurais (R\$ 60.000,00); TC
41 024/2016 – Recuperação emergencial – óleo diesel (R\$ 60.000,00 – utilizados R\$ 23.030,50,
42 pois as regras do convênio limitam a utilização, por exemplo não é possível abastecer uma

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

43 máquina da Prefeitura que não foi citada no projeto); TC 255/2018 – Horas
44 máquinas/terraceamento na Microbacia Água dos Caetanos (R\$ 209.456,00); TC 333/2017 –
45 Pedra irregular Estrada Guairacá - 6,38 Km (R\$ 3.302.936,24), a partir de novo projeto
46 técnico para finalizar a estrada do Guairacá, considerando que o TC 639/2013 foi extinto
47 sem conclusão da obra (encerramento em 05/06/2021); TC 107/2019 – Pedra irregular em
48 11 km de estradas na região de Lerroville (R\$ 3.244.249,63); TC 295/2020 –
49 Modernização/reforma do Restaurante Popular, através de convênio com o Departamento
50 de Segurança Alimentar e Nutricional (Desan), no valor de R\$ 142.340,42, pois é a SEAB
51 que coordena os restaurantes populares no Estado, por ser a Secretaria de Agricultura e do
52 Abastecimento; TC 306/2020 – Veículo (R\$ 77.300,00). Existem, também, convênios da
53 SEAB com o município e também com organizações de agricultores, cuja fonte de recursos
54 são as emendas parlamentares, que não são oriundos de programas de governo ou de
55 Estado, que não são parte de uma política pública estadual, mas são decorrentes de um
56 projeto maior, com recursos do Senado, da Câmara Federal ou Assembleia Estadual, que
57 seguem o mesmo trâmite dos outros convênios, exceto não é necessário prestar contas ao o
58 Tribunal de Contas do Estado. como 30 resfriadores de leite, disponibilizados para os
59 assentamentos Eli Vive I e II; um veículo Sandero; um caminhão; uma balança (digital,
60 capacidade 300 Kg, em uso na agroindústria de milho do Assentamento Ei Vive I); um trator
61 agrícola (ainda não formalizado); a Patrulha Rural – Consórcio CIDREBAC, ainda pausado
62 por problemas jurídicos na formalização do consórcio, que tende a ser resolvido após as
63 eleições; Repasses para organizações da sociedade civil através de Termos de Fomento,
64 firmados com a COAFAS e COPACON, nos quais o Estado repassa o dinheiro para que as
65 organizações façam, apliquem esse dinheiro. Os conselheiros Guilherme Casanova Junior e
66 Sandra Ferrer reforçaram a importância de convênios como esses apresentados pela Lorian,
67 que são ferramentas para desencadear o desenvolvimento do ambiente rural do município,
68 em especial nos Assentamentos Eli Vive I e II. A Sra. Lorian reforçou que acessar qualquer
69 recurso dá trabalho para todos os envolvidos, e a parceria é fundamental precisa se cada
70 vez mais estreita e mais fortalecida entre o Estado, o município e os beneficiários, e o
71 CMDR é o grande elo, o “cimento” entre essas partes, com esclarecimentos, incentivo e o
72 importantíssimo controle social, para que os recursos sejam bem aplicados. E foi lembrado
73 que a colocação das pedras irregulares na Estrada do Guairacá está parada há cerca de 40
74 dias, e passada as eleições o CMDR pode ter uma atuação mais prática, para entender a
75 razão de estar parada, e porque demora tanto. Encerrado este assunto, o item 4 da pauta foi
76 apresentado pela conselheira Eni do Carmo de Souza, representante da Secretaria
77 Municipal de Saúde (SMS), que ocupa a gerência das Unidades Básicas de Saúde da região
78 rural de Londrina, que respondeu questões levantadas na reunião de outubro. Começou
79 destacando que nesses tempos de Covid-19 a SMS está “apagando incêndios” em função
80 dos ajustes necessários ao enfrentamento da pandemia, que obrigou a suspender alguns
81 projetos. Mas o “Projeto de Atenção e Cuidados Paliativos” pretende ser aplicado em toda a
82 região rural do município, com ações desenvolvidas por uma equipe de saúde a pacientes
83 fora da possibilidade terapêutica, quando o tratamento em si já não surte mais efeito para
84 resolução do problema ou cura da doença, mas o paciente precisa continuar recebendo
85 cuidados para melhorar sua qualidade de vida; b) No último levantamento da SNS, 133

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

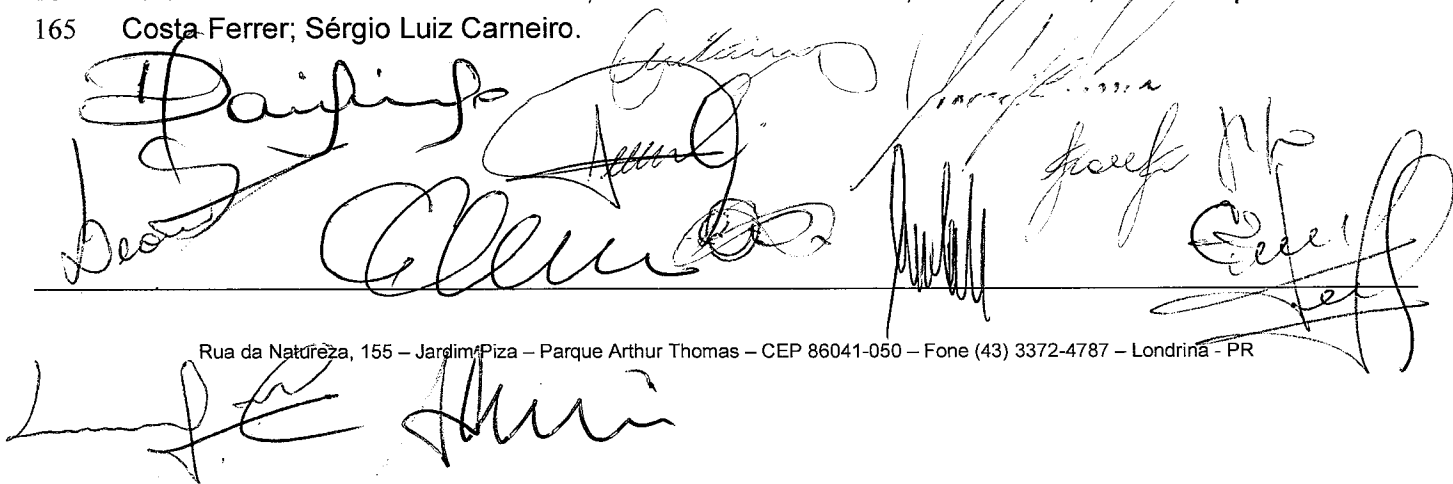
Londrina – Paraná

86 servidores públicos atuam nas UBSs rurais, para atender uma população de 23.000
87 pessoas. Com relação à UBS do Eli Vive, a Sra. Eni informou que já foi protocolada uma
88 solicitação, mas ainda não existe previsão para a construção desta UBS; e que este
89 Conselho pode ajudar para colocar a UBS do Eli Vive e também a do Patrimônio Guairacá
90 no planejamento de 2021. A conselheira Sandra Ferrer, representante dos Assentamentos
91 Eli Vive, comentou que a demanda para a construção da UBS existe há bastante tempo, e
92 gostaria de entender a causa da demora, porque ainda deixar para 2021, se já existe uma
93 definição para tal, considerando a demanda nas UBSs de Guairacá e Lerroville, esta em
94 reforma há cerca de dois anos, atendendo as pessoas em condições precárias; que são 501
95 famílias no Eli Vive I e II, cerca de 3.000 pessoas, e mais 1.000 pessoas do Guairacazinho,
96 portanto uma população considerável para ficar sujeita à precariedade atual do atendimento.
97 A Sra. Eni explicou que quando se fala em construção a demanda é maior, desde a
98 confecção como a implantação do projeto; há necessidade de definir o local onde será
99 construída essa UBS, em que parte do Eli Vive; buscar recursos externos por exemplo
100 alguma emenda parlamentar, afinal se trata de uma demanda justa e necessária, mas que
101 exige um investimento elevado e o município sozinho não consegue arcar com ele. Após
102 ampla discussão entre os presentes, foi destacada a força da comunidade no processo,
103 principalmente a força política, pois os técnicos sozinhos não conseguem; e a Sra. Lorian fez
104 um contraponto de que a comunidade tem força sim, mas os técnicos precisam fazer a sua
105 parte, elaborar o projeto, escrever o que precisa ser feito, elaborar orçamento, um
106 cronograma, entre outros aspectos, os usuários, sozinhos, não conseguem atender suas
107 demandas, não têm força alguma se os técnicos não escreverem a parte técnica de
108 qualquer projeto, pois até mesmo os políticos vão diretamente aos projetos técnicos para
109 destinar recursos. O Sr. Mauricio Franco contribuiu dizendo que existe uma reclamação
110 generalizada dos usuários das UBSs rurais de que não tem médico para atender as
111 pessoas, e gostaria de saber porque isso ocorre, se a SMS fiscaliza/acompanha a presença
112 dos servidores nas UBSs. Com relação à UBS de Guaravera, a Sra. Eni relatou que o distrito
113 perdeu população, passando de 5.000 para cerca de 3.000 pessoas, e com isso não
114 conseguiu sustentar duas equipes de saúde da família; também houve redução de carga
115 horária de um médico, de 40 para 32 horas; com a pandemia da Covid-19, as visitas
116 domiciliares da saúde da família foram suspensas; e houve várias aposentadorias de
117 servidores; no conjunto, essas questões impactam no atendimento à população, e considera
118 a UBS de Guaravera como a mais defasada em termos de servidores. Foram levantadas
119 algumas sugestões, como a reforma da UBS do Guairacá, pelo conselheiro Elton Sacoman
120 Longo, para melhorar sua estrutura, visto já atender parte dos moradores do Assentamento
121 Eli Vive I, mas foi esclarecido pela Sra. Eni que o terreno da UBS do Guairacá é muito
122 pequeno, não tem espaço para reformar, precisa ser construída uma nova estrutura, mas
123 para construir pode dividir forças com o Eli Vive. Outra sugestão, dada pelo Sr. Luís Artur,
124 que seja solicitado ao Secretário da Saúde um retorno para a questão levantada pela
125 conselheira Sandra Ferrer (Flor). A Sra. Eni sugeriu que o CMDR marque uma reunião com
126 os envolvidos, desde o Secretário de Saúde, técnicos e usuários diretos dos serviços, de
127 imediato após as eleições, se o atual prefeito se reeleger, ou a partir de janeiro, no caso da
128 não reeleição, frisando que este assunto não será esgotado em uma única reunião.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

129 Encerrado este assunto, o conselheiro Luís Gustavo Galhardo usou a palavra, esclarecendo
130 que a relação de obras nos distritos, postada por ele no Grupo de WhatsApp do CMDR, foi
131 retirada do Portal de Transparência da Prefeitura de Londrina; e que os recursos não são da
132 Secretaria de Obras e Pavimentação (SMOP), esta participa apenas como órgão
133 fiscalizador, atestando a qualidade do serviço e o recebimento, para que a Secretaria de
134 Fazenda efetue o pagamento. As verbas podem vir de financiamentos pela Caixa
135 Econômica Federal, de emendas parlamentares, onde geralmente a prefeitura tem alguma
136 contrapartida. Com relação ao pleito de novas obras, ele sugere um diálogo com a
137 Secretaria de Planejamento, que é a secretaria que está no topo da hierarquia da
138 administração municipal, que trabalha diretamente com o prefeito, que pode ser demandado
139 para, com seus contatos políticos, conseguir uma verba específica para construir uma nova
140 UBS no Guairacá, por exemplo, que pode ser estadual como federal. A Sra. Lorian sugeriu
141 que a Diretoria Executiva deste Conselho se reúna e trace um caminho para encaminhar
142 essas questões, o que foi aprovado por todos. Encerrado este assunto, fez uso da “Palavra
143 aberta” o conselheiro Elton Manoel Sacoman Longo, para dar cumprimento a formalidades
144 de convênios, a SMAA comunica a celebração de dois convênios com o Ministério da
145 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): Convênio MAPA 887607/2019, decorrente
146 de emenda parlamentar da Deputada Federal Gleisi Hoffmann, cujo objeto é a aquisição de
147 caminhão, a ter seu uso cedido à Associação de Mulheres do Eli Vive; o processo licitatório
148 já aconteceu, está homologado e aguardando a entrega do caminhão pela empresa
149 vencedora (está dentro do prazo). O segundo é o Convênio MAPA 895754/2019, também
150 originado de emenda parlamentar, este do então Deputado Federal Luiz Carlos Hauy, cujo
151 objeto é a aquisição de dois caminhões caçamba; em 24 de julho foi protocolada uma
152 solicitação de ajuste pela SMAA e somente em 22 de outubro o MAPA se manifestou
153 solicitando documentação complementar, que são o Termo de Referência e o Plano de
154 Sustentabilidade, portanto este convênio encontra-se ainda em fase de análise dos
155 documentos pelo MAPA, sendo necessário um novo processo licitatório. Não havendo mais
156 assuntos a tratar, o Vice-Presidente Marcelo Peluso agradeceu mais uma vez a presença de
157 todos e declarou encerrada esta reunião, para a qual justificaram suas ausências os
158 conselheiros Alfeu Vander de Bessa, José Carlos Vitorino (sem internet no Distrito de Irerê)
159 e Paulo Vicente Contador Zaccheo, e da qual eu, Cristina Célia Krawulski, lavei a presente
160 ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes, listados a seguir: Arnold Barbosa
161 de Oliveira; Elton Manoel Sacoman Longo; Eni do Carmo de Souza; Guilherme Casanova
162 Junior; José Aparecido da Silva; Lauana Bolzani Viana Rosa; Maria Lucimar Pereira;
163 Mauricio Franco Ferreira; Leonardo Sturion; Lorian Voigt Gair; Luís Artur Bernardes da Rosa;
164 Luís Gustavo Galhardo de Oliveira; Paulo Cezar Dolibaina; Romeu Gair; Sandra Aparecida
165 Costa Ferrer; Sérgio Luiz Carneiro.



Rua da Natureza, 155 – Jardim Piza – Parque Arthur Thomas – CEP 86041-050 – Fone (43) 3372-4787 – Londrina - PR

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

1 **ATA Nº 07/2020: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE** 2 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA (CMDR) -----**

3 No terceiro dia do mês de dezembro de 2020, às 14h00min, na Sala de Vídeo Conferência
4 acessada através do endereço eletrônico meet.google.com/kih-tzge-uot reuniram-se os
5 membros do CMDR para sua reunião ordinária do mês de dezembro, conduzida pela
6 Secretária Geral, Sra. Cristina Célia Krawulski, mediante faltas justificadas do Presidente e
7 Vice-Presidente, que iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a todos pela
8 presença, e leu a convocação enviada por e-mail e postada no Grupo de WhatsApp do
9 Conselho - Ofício Circular nº 07/2020: **1. Leitura e aprovação da pauta da reunião; 2.**
10 **Relato Secretaria Municipal de Ação Social – ações para o meio rural; 3. Relatório final**
11 **dos resfriadores de leite - Assentamentos Eli Vive I e II; 4. Prestação de contas do**
12 **FMDR (conforme Regimento Interno, Art. 12, § 3º); 5. Palavra do Secretário Municipal**
13 **de Agricultura; 6. Calendário das Reuniões 2021; 7. Palavra aberta.** A conselheira
14 Maria Lucimar apontou que o nome correto é Secretaria Municipal de Assistência Social, e
15 não Ação Social; feita essa correção, a pauta foi aprovada por unanimidade, e nenhum
16 conselheiro se inscreveu para fazer uso da “Palavra aberta”. Na sequência, a conselheira
17 Maria Lucimar Pereira apresentou o item 2 da pauta, informando que em Londrina existem
18 10 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e um deles é o CRAS Rural,
19 localizado na Rua Francisco Merighe, nº 89, Conjunto das Flores, tendo como proposta
20 básica a descentralização dos atendimentos sociais. O CRAS é uma unidade pública estatal
21 descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de
22 serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas
23 áreas de vulnerabilidade e risco social nos territórios, e caracteriza-se como a principal porta
24 de entrada do SUAS; é no equipamento social CRAS que se desenvolve o Serviço de
25 Proteção Integral a Família (PAIF) e o Cadastro Único. Em Londrina, o CRAS Rural dispõe
26 de uma coordenação (que, no momento, é a conselheira Maria Lucimar), dois motoristas,
27 cinco assistentes sociais e dois técnicos de gestão; relatou que em 2020 houve uma
28 demanda expressiva na solicitação de atendimentos, em função da pandemia da Covid-19; e
29 que o trabalho do CRAS Rural está pautado na compreensão das especificidades dos
30 territórios rurais, suas vulnerabilidades e potencialidades, a partir do diagnóstico territorial,
31 realizado a partir de dados oficiais dos sistemas de informações, da leitura da situação
32 vivenciada e escuta qualificada no atendimento às famílias e grupos sociais ali residentes,
33 possibilitando, assim, a implementação de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo,
34 para atuar na prevenção do agravamento dos problemas sociais, através dos Serviços da Política
35 de Assistência Social: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de
36 Proteção Social ao Adolescente em Medidas Socioeducativas; Serviço de Proteção e
37 Atendimento Especializado à Família e Indivíduos; Serviço de Proteção Social Especial a
38 Pessoa Idosa e Com Deficiência; Programa de Inclusão Produtiva, sendo um bom exemplo
39 as Sacolas Camponesas, do Assentamento Eli Vive. O CRAS Rural atua em cinco territórios
40 rurais, utilizando como pontos de atendimento locais como Igrejas, escolas, salão
41 comunitário, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e entidades socioassistenciais: o **Território**
42 **1** compreende Irerê, Taquaruna, Paiquerê, Guairacá e Selva, com 995 famílias inscritas no

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

43 CadÚnico e 370 beneficiárias do Bolsa Família (BF); **Território 2** - Maravilha, Guaravera,
44 Vila das Orquídeas, Usina Três Bocas: 730 famílias inscritas no CadÚnico e 291 no BF;
45 **Território 3** - Warta, Eli Vive I e II, Pari Paró, Pó de Serra, Espírito Santo, Regina, com 1.050
46 famílias inscritas no CadÚnico e 495 no BF; **Território 4** - São Luiz e Lerrovile, com 750
47 famílias no CadÚnico e 306 no BF; **Território 5** - Terra Indígena Apucarantina, com 600
48 famílias inscritas no CadÚnico e 428 no BF. Finalizando, a Sra. Maria Lucimar destacou
49 alguns desafios do CRAS Rural: empobrecimento acelerado das famílias; aumento da
50 demanda; articulação com serviços de todas as políticas públicas para o desenvolvimento de
51 ações para a proteção social; acessibilidade das famílias aos locais de atendimento, sendo
52 que a perspectiva do trabalho com famílias deve focar na promoção da cidadania, no
53 protagonismo social, na autonomia e equidade, e tem por objetivo transformar a cultura de
54 caridade e filantropia, na concepção da assistência social, para um direito dos beneficiários.
55 A Sra. Cristina destacou que existem ações conjuntas entre o IDR-Paraná e o CRAS, nas
56 pessoas do Marcílio Garcia e do psicólogo Fábio, sendo informado que o CRAS Rural está
57 sem psicólogo há cerca de um ano, e o Marcílio assumiu a Gerência de Inclusão
58 Produtiva/Economia Solidária. Finalizado este assunto, passou-se ao item 3 da pauta,
59 apresentado pelo conselheiro Guilherme Casanova, da Secretaria Municipal de Agricultura
60 (SMAA), que começou informando que no dia 21 de dezembro vai entregar o relatório final
61 dos 30 resfriadores de leite para a SEAB, e fez um breve resgate dos objetivos do convênio
62 e da situação atual, com 57 famílias utilizando os resfriadores, que receberam uma produção
63 de 450.000 litros de leite, do total de 720.000 litros de leite produzidos nos Assentamentos
64 Eli Vive I e II, tendo como referência o mês de setembro de 2020. Destacou que o convênio
65 atingiu seu objetivo de fortalecer a cadeia produtiva do leite, pois existem os produtores, a
66 agroindústria (instalada no Assentamento Dorcelina Folador, em Arapongas, administrada
67 pela Cooperativa Copran) e o mercado, inclusive o institucional, pois a Copran vende leite e
68 derivados para a merenda escolar. Finalizando este assunto, foram aprovados por
69 unanimidade os 30 nomes dos assentados postados pelo conselheiro Guilherme Casanova
70 no Grupo de WhatsApp, que é exatamente a mesma lista aprovada pelo CMDR no mês de
71 novembro/2020, a seguir relacionados com seus respectivos números de CPF e número de
72 Patrimônio do Estado: 1) Ander Pereira Leite, CPF nº 063.471.499-66, Patrimônio nº
73 100.001.855.622; 2) Elires da Conceição Ferreira, CPF nº 084.803.059-16, Patrimônio nº
74 100.001.855.623; 3) Aguinaldo Conceição Amorim, CPF nº 031.329.569-70, Patrimônio nº
75 100.001.855.624; 4) Odair Martins Esteves, CPF nº 528.825.789-20, Patrimônio nº
76 100.001.855.625; 5) Zenildo Alves de Assis, CPF nº 039.456.169-48, Patrimônio nº
77 100.001.855.626; 6) Lenicia Aparecida Moreira da Silva, CPF nº 100.001.855-62, Patrimônio
78 nº 100.001.855.627; 7) Eder Luís Bastian Horbach, CPF nº 013.421.319-08, Patrimônio nº
79 100.001.855.628; 8) Jennifer Maiara Morais Cergio, CPF nº 091.134.249-47, Patrimônio nº
80 100.001.855.629; 9) Roseli Alves Fortes, CPF nº 078.031.859-59, Patrimônio nº
81 100.001.855.630; 10) Jocilei de Fatima Telles Pedroso, CPF nº 076.406.208-05, Patrimônio
82 nº 100.001.855.631; 11) Neusa Butke Ribeiro, CPF nº 054.607.119-83, Patrimônio nº
83 100.001.855.632; 12) Maria Casturina dos Santos, CPF nº 082.126.619-54, Patrimônio nº
84 100.001.855.633; 13) Joel dos Santos, CPF nº 021.161.169-70, Patrimônio nº
85 100.001.855.634; 14) Ideliros Ferreira, CPF nº 082.876.469-79, Patrimônio nº

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

86 100.001.855.635; 15) Aginaldo Oliveira Miranda, CPF nº 043.571.399-02, Patrimônio nº
87 100.001.856.082; 16) Luciana Gomes Ribeiro, CPF nº 055.535.019-38, Patrimônio nº
88 100.001.856.083; 17) Lea da Silva, CPF nº 036.738.179-65, Patrimônio nº 100.001.856.084;
89 18) Eliete Ruas da Silva Pasqual, CPF nº 056.066.099-59, Patrimônio nº 100.001.856.085;
90 19) Rosenilda de Fatima Cesar, CPF nº 088.277.729-79, Patrimônio nº 100.001.856.086; 20)
91 Silvio Ferreira Alves, CPF nº 010.221.799-85, Patrimônio nº 100.001.856.087; 21) Valdeci
92 Ferreira, CPF nº 881.039.119-68, Patrimônio nº 100.001.856.088; 22) Diego José da Silva,
93 CPF nº 062.022.469-01, Patrimônio nº 100.001.856.089; 23) Sueli da Silva, CPF nº
94 082.960.289-56, Patrimônio nº 100.001.856.090; 24) Denivaldo Cassemiro Santos, CPF nº
95 030.688.219-16, Patrimônio nº 100.001.856.091; 25) Ana Lucia dos Santos Lopes, CPF nº
96 073.453.369-13, Patrimônio nº 100.001.856.092; 26) Joelma Cândida da Silva, CPF nº
97 054.141.779-70, Patrimônio nº 100.001.856.093; 27) Iraci Amaro Batista Perozzi, CPF nº
98 040.112.489-40, Patrimônio nº 100.001.856.094; 28) Simone Oliveira Chaves, CPF nº
99 073.163.929-40, Patrimônio nº 100.001.856.095; 29) Cristiane Ferreira dos Santos, CPF nº
100 052.573.089-32, Patrimônio nº 100.001.856.096; 30) Celia Gazabini, CPF nº 079.650.949-
101 24, Patrimônio nº 100.001.856.097. Na sequência, passou-se aos itens 4 e 5 da pauta,
102 apresentados pelo Secretário Municipal de Agricultura, Sr. Gustavo Santos, que agradeceu
103 ao CMDR este ano de trabalho e reiterou a importância dos Conselhos, e lembrou que,
104 embora o prefeito Marcelo Belinati tenha sido reeleito, ele, secretário, considera que está
105 terminando o mandato, e que em 2021 peças podem ser trocadas na administração
106 municipal, mas destacou a parceria entre as Secretarias Municipais nas obras e ações
107 realizadas; e encerrou informando o saldo financeiro do Fundo Municipal de
108 Desenvolvimento Rural (FMDR), no valor de R\$ 170.778,85 (cento e setenta mil, setecentos
109 e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos). A Sra. Cristina, na condição de Secretária
110 Geral do CMDR e presidindo a presente reunião, agradeceu ao Sr Gustavo, reiterando que,
111 sem parcerias, nenhum trabalho acontece, como já destacado pelos conselheiros Maria
112 Lucimar e Guilherme Casanova em suas apresentações; lembrou que o diálogo é essencial,
113 diante dos problemas e desafios que se apresentam, com interesses que podem até ser
114 conflitantes, em alguns momentos; e pediu a gentileza ao Secretário que, permanecendo à
115 frente da SMAA, ou não, ele defenda e aplique o Plano Municipal de Adequação e
116 Manutenção de Estradas Rurais, elaborado por este Conselho em 2018; e reconhece que o
117 município vem dando uma roupagem nova para alguns trechos de estradas rurais, mas
118 ainda há muito por fazer. A Sra. Cristina perguntou ao Secretário, ainda, sobre o SIM,
119 lembrando do teste seletivo que prevê a contratação de um médico veterinário, e se existe
120 alguma previsão sobre o início de funcionamento do SIM. O Secretário respondeu que os
121 dois veterinários não serão lotados na SMAA, mas sim na Secretaria Municipal de
122 Saúde/Vigilância Sanitária; mas que tem buscado apoio na Câmara Municipal para fortalecer
123 a SMAA; a lei que prevê as alterações e funcionamento do SIM, discutida e proposta pela
124 SMAA em conjunto com a Adapar e o IDR-Paraná foi encaminhada pela SMAA à Secretaria
125 Municipal de Governo, para ser analisada e enviada à Câmara. A Sra. Cristina informou que
126 existe um agricultor, Sr. Miguel Celestino, que está solicitando a aprovação do SIM, inclusive
127 este produtor ficou em primeiro lugar em um concurso estadual de qualidade de mel de
128 abelhas sem ferrão (abelha Mandaçaia), para que a SMAA busque resolver essa situação

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

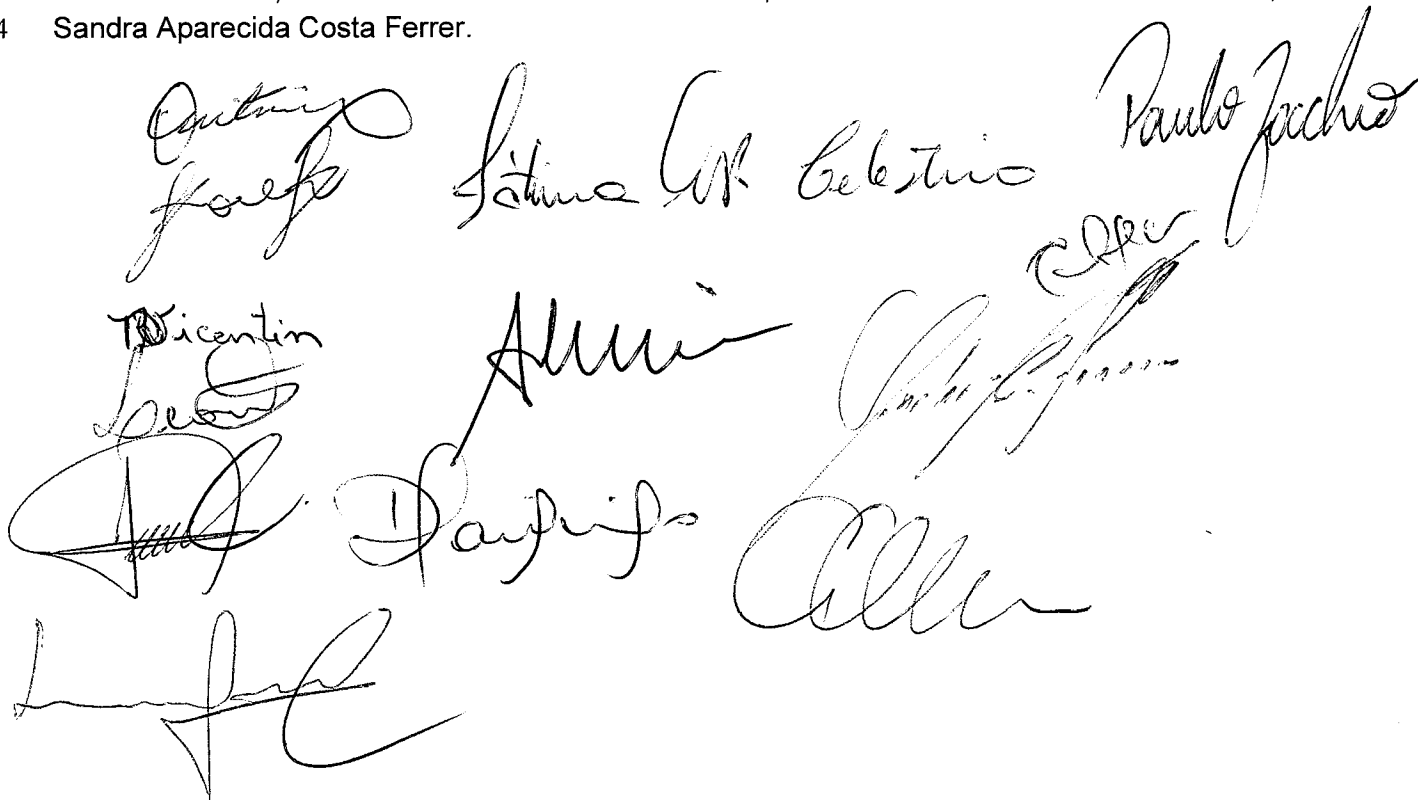
Londrina – Paraná

129 específica. Na sequência, o conselheiro Luís Gustavo, representante da Secretaria de
130 Obras, usou a palavra lembrando do uso do SEI, e que o “tipo processual” para manutenção
131 de estrada rural, não foi encontrado pela Secretaria o CMDR, como usuário externo, pedindo
132 que a SMAA verifique essa situação e solicite a inclusão desse tipo processual, para que o
133 usuário externo tenha essa ferramenta à disposição, sendo respondido pelo Secretário
134 Gustavo Santos que a SMAA já solicitou essa alteração à GSI; a Sra. Cristina relatou que
135 apresentou, via SEI, uma solicitação sobre o SIM, mas não encontrou o tipo processual na
136 SMAA, apenas na SMS. Finalizado este assunto, passou-se ao item 6 da pauta, com uma
137 breve análise do calendário de reuniões de 2020 deste Conselho, com interrupção das
138 reuniões presenciais por conta da pandemia, sendo retomadas de forma virtual a partir de
139 junho; em discussão o calendário de reuniões para 2021, foi aprovado por unanimidade,
140 mantendo a não realização da reunião em janeiro, de forma virtual e/ou presencial, a
141 depender da pandemia. Passou-se ao item 7 da pauta, “Palavra aberta”, e fez uso da
142 palavra a conselheira Ricielli Vicentin, agradecendo ao Secretário Gustavo Santos por que a
143 SMAA está realizando obras na Estrada da Cachoeirinha, algo que há mais de 20 anos não
144 acontecia; relatou a busca da comunidade por esse trabalho, que alguns moradores
145 oferecem resistência, que solicitam apoio ao IDR-Paraná (Emater); foram projetadas
146 algumas fotos dessa estrada, para os conselheiros tomarem conhecimento; e foi destacado
147 pelo Secretário Gustavo Santos que realizar o trabalho é obrigação do serviço público, em
148 suas diferentes esferas, mas receber o reconhecimento é bem-vindo. O conselheiro Maurício
149 Franco também fez uso da palavra, perguntando ao Secretário se é possível voltar a ter uma
150 patrulha de máquinas nos distritos de Londrina, para realizar a manutenção constante das
151 estradas e não deixar chegar à situação que está no momento, sendo respondido que esse
152 é o sonho da SMAA, através da busca pelo aumento do orçamento da SMAA e convênios
153 com o Governo do Estado (SEAB, Paraná Cidade, etc). O conselheiro Luís Gustavo usou a
154 palavra, e foi esclarecido que ele continua conselheiro até outubro de 2021; e perguntou
155 sobre a inclusão de representantes de outras secretarias na composição do CMDR; sendo
156 esclarecido pela Sra. Cristina que essa inclusão está prevista na proposta de alteração das
157 leis do CMDR, mas só vai valer após a aprovação da alteração da lei pela Câmara
158 Municipal. A conselheira Sandra Ferrer (“Flor”) usou a palavra para relatar a reunião
159 realizada na sede do Assentamento Eli Vive I ontem, dia dois de dezembro, com a presença
160 de representantes dos assentamentos, da Secretaria Municipal de Saúde e deste Conselho,
161 para discutir as questões de saúde dos Assentamentos Eli Vive I e II, conforme discutido e
162 deliberado na reunião de novembro, e também agradeceu o apoio e a parceria do CMDR no
163 encaminhamento de questões relacionadas ao Eli Vive; foram projetadas algumas fotos
164 dessa reunião, para conhecimento de todos. Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra.
165 Cristina agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada esta reunião,
166 para a qual justificaram suas ausências os conselheiros Alfeu Vander de Bessa, Lauana
167 Bolzani Viana Rosa e Marcelo Volpe Peluso, da qual eu, Cristina Célia Krawulski, lavrei a
168 presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes, listados a seguir: Ailton
169 Martins da Costa; Arnold Barbosa de Oliveira; Edson Dornellas; Elton Manoel Sacoman
170 Longo; Eni do Carmo de Souza; Fátima Aparecida Celestino; Guilherme Casanova Junior;
171 José Aparecido da Silva; Leonardo Sturion; Lorian Voigt Gair; Luís Artur Bernardes da Rosa;

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina - Paraná

- 172 Luís Gustavo Galhardo de Oliveira; Maria Lucimar Pereira; Mauricio Franco Ferreira; Paulo
- 173 Cezar Dolibaina; Paulo Vicente Contador Zaccheo; Ricielli de Sousa Oliveira Vicentin;
- 174 Sandra Aparecida Costa Ferrer.



A collection of handwritten signatures in black ink, arranged in three rows. The top row contains three signatures: 'Antonio Jose', 'Sotima M. Celestino', and 'Paulo Zaccheo'. The middle row contains three signatures: 'Vicentin', 'Aurim', and 'Paulo Vicente Contador Zaccheo'. The bottom row contains two large, stylized signatures: 'Sandra Aparecida Costa Ferrer' and 'Luís Gustavo Galhardo de Oliveira'.